

The logo for Enap (Escola Nacional de Administração Pública) features the word "Enap" in white, bold, sans-serif font, set against a solid red rectangular background.

**Escola Nacional de
Administração Pública**

**PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL
EM GOVERNANÇA E DESENVOLVIMENTO**

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE SÃO TOMÉ E
PRÍNCIPE: UMA ANÁLISE PELA PERSPECTIVA DA NOVA
ECONOMIA INSTITUCIONAL**

Aluno: Temóteo Neves

Orientador: Prof. Dr. Mauro Santos Silva

Brasília, maio de 2018

**ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
STRICTO SENSU**

**PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL
EM GOVERNANÇA E DESENVOLVIMENTO**

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE SÃO TOMÉ E
PRÍNCIPE: UMA ANÁLISE PELA PERSPECTIVA DA NOVA
ECONOMIA INSTITUCIONAL**

Dissertação apresentado ao Programa de Mestrado em Governança e Desenvolvimento da Escola Nacional de Administração Pública - ENAP como requisito para obtenção do título de Mestre em Governança e Desenvolvimento.

Aluno: Temóteo Neves

Orientador: Prof. Dr. Mauro Santos Silva

Brasília, maio de 2018

**ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU**

**PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL
EM GOVERNANÇA E DESENVOLVIMENTO**

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE:
UMA ANÁLISE PELA PERSPECTIVA DA NOVA ECONOMIA
INSTITUCIONAL**

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Mauro Santos Silva (Orientador)
Escola Nacional de Administração Pública - ENAP

Prof. Dr. Fernando de Barros Filgueiras
Escola Nacional de Administração Pública - ENAP

Prof. Dr. Pedro Lucas de Moura Palotti
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MP

AGRADECIMENTOS

Este trabalho, marca uma importante etapa no meu processo de aprendizagem. Várias pessoas contribuíram para tornaram possível a elaboração de trabalho.

Agradeço o meu orientador, Professor Doutor Mauro Santos Silva, pela paciência e o tempo que disponibilizou, para me apoiar nesta tarefa. Agradecer à minha família, pelo apoio e incentivo, que foi dado sempre e durante a elaboração deste trabalho.

Agradeço também, ao meu colega Marcelo Santos, pela partilha de momento e palavras de conforto, aos professores e colegas da ENAP.

Muito obrigado a todos!

Os padrões profusamente díspares de desenvolvimento econômico encontrados no mundo dependem da inter-relação entre as circunstâncias críticas e a diferenciação institucional. As instituições políticas e econômicas existentes – às vezes moldadas por um longo processo de diferenciação institucional e outras vezes resultantes de diferentes respostas a circunstâncias críticas anteriores representam a bigorna sobre a qual as futuras mudanças serão forjadas.

Acemoglu, Daron; Robinson, James. In. Porque as nações fracassam.
As origens do poder, da prosperidade e da pobreza.

RESUMO

Esta pesquisa debruça sobre o desenvolvimento econômico de São Tomé e Príncipe, pela perspectiva da nova teoria institucional de desenvolvimento, tendo em vista as regularidades relacionadas as pequenas economias insulares. A teoria institucional em uso, é centrada nos textos clássicos, Douglas C. North (1990 e 1998) e Acemoglu e Robinson (2012). Para responder a ideia central da pesquisa – qual a relação das instituições de São Tomé e Príncipe e o seu desenvolvimento – descreve-se o percurso histórico de São Tomé e Príncipe, identificando em momentos históricos elementos que a caracteriza como inclusive ou extrativista as suas instituições, em seguida uma análise dos indicadores de desenvolvimento e a trajetória institucional (*modelo de colonização*), incluindo os países insulares com população entre 100 mil a 600 mil, e as considerações finais. As descobertas, fornecem evidências compatíveis com as teses de Acemoglu e Robinson (2012), sobre a natureza das instituições e o desenvolvimento econômico. Embora as especificações relacionadas as economias insulares – mercado interno reduzido, dimensão territorial, dificuldade de acesso ao mercado externo – sejam fatores relevantes na definição das suas estratégias produtivas e comerciais não constituem fatores impeditivos de alcance de melhores índices de desenvolvimento econômico.

Palavras Chaves: Desenvolvimento. Instituições. Economia. Política.

ABSTRACT

This research deals with the economic development of Sao Tome and Principe, from the perspective of the new institutional theory of development. Taking into account the regularities related to small economies. The institutional theory in use is centered on the classic texts, Douglas C. North (1990 and 1998) and Acemoglu and Robinson (2012). In order to respond to the central idea of the research - the relationship between the institutions of São Tomé and Príncipe and their development - the historical course of São Tomé and Príncipe is described, identifying in historical moments elements that characterize it as inclusive or extractive institutions, followed by an analysis of the development indicators and the institutional trajectory (colonization model), including small states, with populations between 100 thousand and 600 thousand, ending with the final considerations. The findings provide evidence consistent with the theses of Acemoglu and Robinson (2012) on the nature of institutions and economic development. Although the specifications related to the small economies - reduced domestic market, territorial dimension, difficulty of access to the external market - are relevant factors in the definition of their productive and commercial strategies, they do not constitute impeding factors to achieve better index of economic development.

KEYWORDS: Development. Institutions. Economy. Policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização geográfica de São Tomé e Príncipe

LISTA DE GRAFICOS

Gráfico 1: Índice da população de STP abaixo da linha da pobreza em % (2000-2016).

Gráfico 2: Índice de desenvolvimento Humano de STP, (2000-2015).

Gráfico 3: Taxa anual em % do crescimento do produto interno bruto de STP.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Balança comercial de São Tomé e Príncipe, período 2013-2017 (em US\$ mil).

Quadro 2: Apresentação dos Governos em STP, de 1991-2017.

Quadro 3: Indicadores associados ao desenvolvimento político institucional.

Quadro 4: Indicadores associados ao desenvolvimento econômico.

Quadro 5: Grupo de países, colonização exploração/ extrativista

Quadro 6: Grupo de países, colonização de povoamento/ inclusive.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População de São Tomé e Príncipe (1878-2009).

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANP	- Agência Nacional de Petróleo
BM	- Banco Mundial
CIAD	- Centro de Investigação e de Análise de Políticas para o Desenvolvimento
CLSTP	- Comitê de Libertação de São Tomé e Príncipe
FMI	- Fundo Monetário Internacional
GE	- Geração Esperança
IDH	- Índice de Desenvolvimento Humano
MDFM	- Movimento Democrático das Forças da Mudança Partido Liberal
MLSTP	- Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe
MLSTP/PSD	- Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe – Partido Social Democrata
MNR	- Movimento Novo Rumo
MSD-PVSTP	- Movimento Social Democrata-Partido Verde São Tomé e Príncipe
PCD	- Partido de Convergência Democrática
PCD- GR	- Partido de Convergência Democrática – Grupo de Reflexão
PIB	- Produto Interno Bruto
PLS	- Partido Liberal Social
PNUD	- Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP	- Partido Popular do Progresso
PRD	- Partido da Renovação Democrática
PRS	- Partido da Renovação Social
PTS	- Partido Trabalhista São-Tomense
RDSTP	- República Democrática de São Tomé e Príncipe
STD	- Dobra Santomense
STP	- São Tomé e Príncipe
UDCD	- União dos Democratas para Cidadania e Desenvolvimento
UK	- Uê Kédadji
UNDP	- União Nacional para a Democracia e Progresso

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	4
RESUMO	6
ABSTRACT.....	7
LISTA DE FIGURAS.....	8
LISTA DE GRAFICOS	8
LISTA DE QUADROS	8
LISTA DE TABELAS.....	8
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	9
SUMÁRIO.....	10
1. INTRODUÇÃO	12
2. REFERENCIAL TEORICO.....	14
2.1. Determinantes do desenvolvimento econômico.....	15
2.2. Instituições	18
2.2.1 Ambiente institucional e arranjos institucionais.....	19
2.2.2. Instituições formais e instituições informais	19
2.2.3. Instituições e organizações.....	20
2.3. Instituições e o desenvolvimento	21
2.3.1. Instituições econômicas inclusivas e extrativistas.....	22
2.3.2. Instituições políticas extrativistas e inclusas	24
2.3.3. Colonização inclusiva e colonização extrativista.....	26
3. INSTITUIÇÕES E DESENVOLVIMENTO EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	29
3.1. Sociedade e economia de São Tomé e Príncipe.....	30
3.1.1. Formação histórica de São Tomé e Príncipe	31
3.1.2. Perfil político de São Tomé e Príncipe.....	33
3.1.3. Perfil demográfico e social de São Tomé e Príncipe.....	35
3.1.4. Configuração econômica de São Tomé e Príncipe.....	38
3.2. Colonização	42
3.3. Independências em 12/07/1975.....	46
3.4. Democratização (período de 1990 - 2017).....	51
3.4.1. Instabilidade Política em São Tome Príncipe.....	54
3.5. Desenvolvimento em STP: evidências do cenário contemporâneo.....	56
3.5.1. Análise dos indicadores associados ao desenvolvimento econômicos e políticos de São Tomé e Príncipe	58

3.5.2. Análise de indicadores de desenvolvimento: São Tomé e Príncipe e outras pequenas economias insulares.....	61
3.5.2.1. Singularidade das pequenas economias insulares	61
3.5.2.2. Avaliação dos indicadores de desenvolvimento dos países selecionados	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
REFERÊNCIAS.....	68

1. INTRODUÇÃO

A discussão acerca do crescimento econômico dos países sempre foi objeto de atenção dos estudos acadêmicos e das políticas públicas. As diferenças dos ritmos de desenvolvimento entre países, a razão de tais diferenças, a compreensão de mecanismos que definem o potencial do desenvolvimento das nações, e a melhor maneira de moldar esses mecanismos e melhorar o padrão de vida das nações são objetos constantes de estudos e pesquisas realizadas ao redor do mundo. Enquanto alguns países apresentam rápido nível de crescimento e elevado padrão de vida, outros não conseguem prover o nível necessário de recursos e oportunidades à sua população.

Acemoglu e Robinson (2012, p.78 e 113) afirmam que:

Os países apresentam diferenças em termos de êxito econômico em virtude de instituições distintas, das regras que regem o funcionamento da economia e dos incentivos que motivam a população. Os padrões profusamente díspares de desenvolvimento econômico encontrados no mundo dependem da inter-relação entre as circunstâncias críticas e a diferenciação institucional. As instituições políticas e econômicas existentes – às vezes moldadas por um longo processo de diferenciação institucional e outras vezes resultantes de diferentes respostas a circunstâncias críticas anteriores.

Esta dissertação estuda as relações entre as instituições e o desenvolvimento econômico de São Tomé e Príncipe (STP), a partir de uma análise exploratória da sua trajetória histórica de desenvolvimento. A República Democrática de São Tomé e Príncipe (RDSTP) tem uma configuração geográfica insular, com uma população de aproximadamente 200.000 (duzentos mil) habitantes e sua economia é centrada na estrutura agrária latifundiária de monocultura de cacau para exportação; com uma história política da colonização portuguesa, da qual tornou-se independente em 1975, com o início do processo de democratização nos anos 90. São Tomé e Príncipe tem vivenciando nos últimos 20 anos uma instabilidade política permanente, evidenciada pela interrupção dos sucessivos governos.

Este trabalho usará o termo instituições na perspectiva do Douglas North (1990 e 1998) na qual as instituições são entendidas como regras que estruturam incentivos e restrições, que por sua vez impactam o comportamento dos agentes nas suas escolhas econômicas e políticas. O contexto de desenvolvimento será analisado na perspectiva dos autores Acemoglu e Robinson (2012), que envolve o processo de expansão da participação da sociedade na vida econômica, inclusive o exercício do direito de propriedade e da vida política mediante

participação efetiva nos processos decisórios relacionados aos temas relevantes da agenda pública. O desenvolvimento é o bem-estar, alcançado mediante ampla participação social na vida econômica e ampla participação na vida política.

Este texto é composto por 4 seções, após esta introdução a próxima seção apresenta a revisão da teoria institucional, principalmente o seu impacto para a prosperidade; a terceira seção, desenvolve-se uma analogia histórica da trajetória institucional de STP, incluindo a identificação e análise das variáveis do desenvolvimento, no ambiente político e econômico do país, será incluído nesta fase o subgrupo dos pequenos países insulares (seleção dos pequenos países insulares com população entre 100 mil a 600 mil habitantes), por último as considerações finais.

2. REFERENCIAL TEORICO

O desenvolvimento é um conceito que evolui ao longo do tempo, entendido como um processo multidimensional – progresso econômico e social – que se traduz no grau de acesso a um conjunto diversificado de oportunidades (bens e serviços) proporcionado continuamente a população de um território, que lhes possibilitam uma satisfatória realização pessoal profissional, que se traduz na qualidade de padrão de vida.

Este nível de bem-estar só é alcançado por meio de expansão da participação da sociedade na vida econômica, inclusive o exercício do direito de propriedade e da vida política mediante participação efetiva nos processos decisórios relacionados aos temas relevantes da agenda pública. Existem diferenças gigantescas de padrão de vida ao redor do mundo, nos países desenvolvidos os habitantes possuem boa renda e acesso à saúde, à educação, aos serviços públicos e as oportunidades econômicas e sociais, contrário dos países subdesenvolvidos (Acemoglu e Robinson, 2012).

As diferenças entre os países e as “origens das prosperidades das nações”, sempre foram motivo de pesquisas que levou a criação de diversas propostas pelos cientistas sociais, Daron Acemoglu e James Robinson, mencionam algumas hipóteses que gozam de boa aceitação - *as hipóteses geográficas, cultural, e da ignorância* - embora no entender dos autores elas revelam incapazes de explicar de maneira conveniente as atuais circunstâncias, propondo a *hipótese institucional* como fator central no processo de desenvolvimento econômico das nações. A nova economia institucional abordada pelos autores, traz argumentos plausíveis sobre desenvolvimento, relacionando as instituições com o desenvolvimento econômico. Instituições que muitas vezes têm vínculos com as circunstâncias críticas do passado, mas podem ser corrigidas ou modificadas. Esta teoria da nova teoria institucional será usada como referencial desta pesquisa.

Inicialmente, é feita uma breve reflexão sobre as hipóteses mencionadas (hipóteses das determinantes do desenvolvimento), em seguida um aprofundamento sobre a abordagem institucional centrada nos textos clássicos em duas subseções, primeiramente, faremos recurso aos autores North (1990 e 1998), no esclarecimento e enquadramento do conceito “instituições” e, em seguida, aos autores Acemoglu e Robinson (2012) no relacionamento das “instituições com o desenvolvimento econômico”.

2.1. Determinantes do desenvolvimento econômico

Hipótese da localização geográfica, segundo qual, o abismo que separa países ricos dos pobres é gerado por diferenças geográficas. Muitos países pobres, como os da África, da América Central e do sul da Ásia, localizam-se entre o trópico do Câncer e Capricórnio, e seriam mais propensas as doenças infecciosas, teriam solo mais pobre e climas tropicais, fatores que impactariam adversamente no seu potencial de crescimento. A teoria de que os países quentes são intrinsecamente pobres, embora recentemente desmentida pelo acelerado avanço econômico de países como Cingapura, Malásia e Botsuana, ainda são objetos de ardorosas defesas por parte de alguns, como o economista Jeffrey Sachs, (Acemoglu & Robinsom, 2012, p.56). Mas isso sendo verdade, como se justifica a prosperidade nos trópicos das primeiras grandes civilizações? Babilônia, Egito, China e os Impérios Inca e Asteca, que diante das evidências históricas muitas vezes se mostraram mais desenvolvidos do que na Europa em diversos aspectos. Portanto, fica difícil afirmar que existe correlação simples entre a localização tropical e o sucesso.

É inegável que áreas ocupadas por estes países apresentam nos dias atuais uma produtividade inferior quando comparada aos países mais desenvolvidos, isto está intimamente relacionado à heterogeneidade na disseminação das modernas tecnologias industriais, mas pouco tem a ver com o potencial das plantas e animais, quanto com as diferenças intrínsecas de produtividade entre as regiões, (Acemoglu & Robinsom, 2012, p.59).

As doenças tropicais foram e, em muitos casos continuam sendo causa de profundo sofrimento, com elevadas taxas de mortalidade infantil, mas não justifica a razão da pobreza africana. A Peste Negra, é um exemplo de argumento de que as doenças no passado foram tão devastadoras e prejudicial na Europa quanto no resto do mundo. Devendo-se a péssimas qualidades sanitárias existentes altura, (Acemoglu & Robinsom, 2012, p. 416). Logo, se hoje ainda acontece na África e não na Europa, é em grande parte pela falta de capacidade dos governos de melhorar a sanidade pública dos países em África, e pouco pode se falar da sua relação, com a localização geográfica destes países.

A hipótese de que a cultura induz a pobreza ou prosperidade é uma teoria que analisa crenças, valores, éticas e religião na trajetória de desenvolvimento alcançada pelo país. Esta hipótese é atribuída ao grande sociólogo alemão Max Weber, que defendia a Reforma Protestante e a ética protestante dela decorrente. Esta hipótese conjuntura que, alguns países mais desenvolvidos possuem cultura mais receptiva as práticas que levam a prosperidade, com

base em valores religiosos e éticos que poderiam ser considerados “economicamente superiores”. E que as pessoas dos países pobres, em geral confiam menos uns nos outros, comprometendo a capacidade de cooperar e aumentar o potencial de interação econômica. É certo que, as normas sociais, que são relacionadas com a cultura, exercem profunda influência sobre as instituições e podem ser difíceis de mudar, além de, por vezes, darem sustentação as diferenças institucionais (Acemoglu & Robinson, 2012, p.62-63).

Porém, outros aspectos como até que ponto as pessoas “confiam umas nas outras” constituem basicamente um resultado das instituições. Ou seja, admitimos que, existe um erro de “*retrocausalidade*” nessa hipótese que inverte o efeito pela causa. As pessoas dos países/regiões mais pobres possuem confiança menor do que as pessoas nos países/regiões ricos porque a segurança pública e jurídica dos seus países são piores do que em países/regiões ricas, o que desestimula os agentes de mercado tornando-os menos seguros quanto ao sucesso dos seus negócios e se terão a capacidade de aproveitá-lo plenamente. Talvez se possa afirmar que, hoje, os africanos confiam menos uns nos outros que outros povos, de outras partes do mundo – o que seria, contudo, fruto de uma longa história de instituições que solaparam os direitos humanos e de propriedade na África (Acemoglu & Robinson, 2012, p.65-66).

A resistência a inovação e a adoção de melhores tecnologias estão diretamente relacionados a falta de incentivos para tanto, muito mais do que a hipótese cultural. A incerteza institucional quanto a propriedade e falta de segurança pode ser um fator decisivo para a diminuição da confiança entre as pessoas. Do mesmo modo, contradizendo a cultura como variável de medição de prosperidade, pode-se destacar que a religião protestante inicialmente estava relacionada ao sucesso econômico, vide caso da Holanda e Inglaterra, entretanto países como a França e Itália, alcançaram níveis de prosperidade mesmo sendo católicos (Acemoglu & Robinson, 2012, p. 66).

Mesmo comparações exaltando o suposto sucesso de uma cultura em particular acabam sendo vítimas da fragilidade de seus argumentos: os países de cultura protestante foram os primeiros onde a revolução industrial ocorreu, mas ela não se manteve exclusiva a estes lugares, se espalhando para regiões onde ela não possuía presença, como França, Itália e Japão. Os países islâmicos são em sua maior parte pobres, mas estes países se diferem em muitas coisas, (Acemoglu & Robinson, 2012, p.66), eles também se diferem sistematicamente de outras particularidades que são bem mais importantes para o efeito da prosperidade. Após a independência por exemplo, eles seguiram a maior parte do antigo mundo colonial ao

desenvolver regimes políticos hierárquicos, autoritários com poucas das instituições políticas e econômicas que, como iremos argumentar, são cruciais para gerar sucesso econômico.

Essa hipótese ao comparar culturas nacionais acaba também falhando, já que ao sugerir que algumas culturas europeias são superiores a outras, como por exemplo, a cultura inglesa versus espanhola e portuguesa, não ajuda a explicar o porquê de várias ex-colônias inglesas no Caribe, África e Ásia serem hoje alguns dos mais pobres países do mundo, com abismais indicadores sociais. Na verdade, ao tomar nações como Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia como demonstrações da superioridade da “cultura econômica” inglesa, falhamos em não observar que estes são exceção à regra, e não exemplos de uma ocorrência generalizada, (Acemoglu & Robinson, 2012, p.67).

A hipótese da ignorância sustenta que os países pobres devem sua pobreza ao excesso de falhas de mercado e ao fato de que seus economistas e autoridades ignoram como livrar-se delas, tendo dado ouvidos aos conselhos errados no passado. Já os países ricos são ricos por terem concebido políticas melhores e conseguido eliminar tais falhas, maioria dos economistas e autoridades concentra-se em “acertar”, quando o que é de fato necessário é uma explicação de onde os países pobres estão “errando”. E “erram”, basicamente, não por uma questão de ignorância ou cultura. Percebemos que há fundamentos em argumentar que nossa ignorância em particular para cada sistema econômico e que até certa medida pode comprometer a capacidade de atingir os objetivos pretendidos. Mas é difícil aceitar que falhas administrativas e sabotagem por parte dos governos nos países pobres deve-se ao desconhecimento operacional básico ou justificar o fracasso de economistas qualificados em modificar estas situações por meio de reformas de modernização e programas mais adequados. Os países pobres são pobres porque os detentores do poder fazem escolhas que geram pobreza, *“Erram, não por equívoco ou ignorância, mas de propósito”* (Acemoglu & Robinson, 2012, p. 53). É uma explicação muito mais plausível do que atribuir ao clima, cultura, relevo e religião o desenvolvimento ou subdesenvolvimento de um determinado local.

Portando, para compreender o desenvolvimento econômico é preciso compreender como são orientadas as organizações políticas e sociais que afetam incentivos ao melhor comportamento econômico. Acemoglu & Robinson (2012), afirmam que a existência ou não de incentivos nacionais, dependem do tipo de instituições estabelecidas. Estas instituições são classificadas como inclusivas ou extrativistas. As instituições como elemento chave do sucesso econômico, sendo regras tanto das relações e estruturas institucionais mais formalizadas, tais

como governo, regime político e legislação de modo amplo, como as relações e estruturas informais. Tema a ser tratado em mais detalhes na próxima secção.

2.2. Instituições

Para o devido enquadramento do que está sendo discutido nesta pesquisa, recorreremos as definições institucionalistas clássicas sobre as *instituições*. Segundo o (North, 1998, p. 7): “as instituições constituem as regras do jogo em uma sociedade ou, mais formalmente, são restrições elaboradas pelos homens que dão forma à interação humana. Em consequência, elas estruturam incentivos no intercâmbio entre os homens, quer seja ele político, social ou econômico”. Em outra definição North (1990, p. 3 e 9) afirma que: “(...) uma instituição será definida como um conjunto de regras formais e informais, incluindo os arranjos que garantem a sua obediência”; afirma ainda que: “As instituições são relações humanas que estruturam oportunidades por meio de restrições e capacitações”.

Cada uma das definições apresenta um aspecto diferente e importante sobre as instituições, mas sempre vinculadas a “regras”. A primeira, enfatiza a importância das instituições como regras e como restrições relativas ao que as pessoas podem fazer nos seus relacionamentos em sociedade. A segunda definição, por outro lado, enfatiza os elementos formais (ou seja, regras formalizadas em documentos, frequentemente formuladas e aplicadas por alguma organização política, como o Estado), os elementos informais (regras de relacionamento consolidadas pelo hábito e pelas culturas da sociedade, em relações as quais as pessoas que as empregam muitas vezes nem se dão conta de que essas regras existem) das regras que compõem as instituições. A terceira definição, faz referência ao fato de que as regras não representam apenas barreiras e restrições, mas também oferecem oportunidades para as pessoas. Oportunidades que provavelmente não existiriam na ausência das instituições. Na medida em que indica as circunstâncias em que os indivíduos podem coordenar suas ações e impor sua vontade para solução do conflito.

Na verdade, como já comentado pelo (Fiani, 2011, p. 8), nas definições percebemos que, uma instituição será sempre regra, sendo que contém caráter restritivo. Regras que estruturam o que as pessoas podem fazer quando interagem entre si. Regras com diferentes características, (formais e informais), que atuam em dois níveis: um nível mais geral, denominado “ambiente institucional”, e um nível mais localizado, denominado “arranjo institucional”. Nas próximas secções analisaremos estes conceitos.

2.2.1 Ambiente institucional e arranjos institucionais

Uma vez, compreendido o que são instituições, fica patente a necessidade de distinguir os arranjos institucionais e ambientes institucionais. (Fiani, 2011 p. 4), argumenta que, na definição clássica de Douglas North, um ambiente institucional (*institucional environment*), “ é o conjunto de regras fundamentais de natureza políticas, social e legal, que estabelece a base para a produção, a troca e distribuição”. Englobam, por exemplo, o regime político, o direito civil, a constituição nacional etc.

Fiani, (2011 p. 4), argumenta ainda que um arranjo institucional, de acordo com Douglas North, é “(...) um arranjo entre unidades econômicas, que governa a forma pela qual essas unidades podem cooperar e/ou competir”. O mercado de soja, com suas regras específicas, é um exemplo de arranjo institucional.

Desse modo, arranjos institucionais são regras, formais e informais, que definem a forma particular como se coordena um conjunto específico de atividades econômicas em uma sociedade (Fiani, 2011, p. 4). Debruçaremos sobre estas questões na seção seguinte.

2.2.2. Instituições formais e instituições informais

North, destaca que “todas as sociedades, da mais primitiva à mais avançada, as pessoas impõem constrangimentos umas às outras de forma a estruturar suas relações com os outros”, uma vez que os constrangimentos reduzem os custos da interação humana. O autor aponta que além, das regras formais, existem regras informais eficazes na ordenação social, e conseqüentemente, na produção de um ambiente propício às trocas econômicas. Para ele “constrangimentos informais também são características sutis das economias modernas”. Tais constrangimentos informais são frutos da cultura/história dos indivíduos e desempenhará um papel de grande importância para que haja trocas econômicas.

Na distinção entre instituições formais e informais (Mantzavinos, 2001, *apud* Fiani, 2011, p.4) apresenta uma caracterização bastante sintética da diferença entre as instituições formais e as instituições informais, baseada na forma pela qual elas constroem os indivíduos a obedecê-las. “*As instituições formais impõem obediência por meio da lei, enquanto as instituições informais não necessitam do estado para impor obediência*”. As instituições informais são regras consolidadas pelo convívio social, que se cristalizaram no hábito, muitas das vezes respeitadas sem que os indivíduos deem conta, da sua existência, ou pela pressão do

convívio social e seus membros, discriminando e punindo, sem que haja intervenção estatal. As instituições formais, compreendem regras formais, limitações de comportamentos, convenções e códigos de conduta auto imposta e os mecanismos responsáveis pela eficácia da sua execução. Em suma as instituições formais e informais, constituem o arcabouço imposto pelo ser humano nos seus relacionamentos, a sua execução depende do sistema em que insere, como afirma North (1998, p.11):

O grau de identidade existente entre as normas institucionais e as opções feitas pelo indivíduo no contexto institucional dependem da eficácia do sistema de fiscalização do cumprimento de tais normas. Essa fiscalização é exercida pela primeira parte (código de conduta de auto-imposto), pela segunda parte (represálias) ou a terceira parte (sanções por parte da sociedade ou exigência coercitiva por parte do estado).

Dessa forma as instituições reduzem a incerteza e proporciona a estrutura da vida diária da sociedade. Constituem um guia para a interação humana, ditadas regras do jogo. Se as instituições são as regras do jogo. Quais são os jogadores? São os indivíduos e às organizações que se compõem de grupos de dedicados a alguma atividade executada com determinado fim. Tema da nossa próxima secção.

2.2.3. Instituições e organizações

A distinção entre a instituições e organizações é importante pois é comum haver confusão na linguagem corrente entre esses dois conceitos. Enquanto instituições são regras gerais de interação social, organizações são grupos de indivíduos ligados por um conjunto de regras específicas (suas próprias instituições), as quais visam à ação coletiva do grupo em torno de um objetivo comum, (Fiani, 2011, p. 8). São organizações, empresas que possuem suas instituições específicas, seus códigos de ética e conduta, suas regras de governança corporativa, entre outros, que atuam coletivamente para um objetivo comum: o lucro e o crescimento da empresa. As limitações impostas pelo contexto institucional, ao lado de outras restrições, definem o conjunto de oportunidade e, portanto, o tipo de organizações que serão criadas. Conforme a função objetivo da organização: maximização do lucro, vitórias eleitorais, regulamentação de empresas, formação dos alunos, etc. (North, 1990, p.11).

Portando, as instituições definem a “*regra do jogo*” na sociedade e nas organizações, tornam as relações econômicas em grande medida previsíveis, o que facilita as escolhas dos tomadores de decisões, ainda que elas aconteçam em ambiente de grande incerteza e complexidade. Estes aspetos denominados de “aspeto cognitivo das instituições”, está

relacionado às nossas capacidades de conhecer as situações complexas e incertezas, (Mantzavinos 2001, *apud* 2011, p. 8), denominou. Mas não há garantias que serão adotadas as instituições eficiente, proporcionando o desenvolvimento econômico, como veremos na próxima secção.

2.3. Instituições e o desenvolvimento

O livro de Acemoglu e Robinson (2012), “*Por que as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza*”, apresenta resultado de quinze anos de pesquisa sobre as origens do desenvolvimento. Para os autores as nações bem-sucedidas são aquelas que constroem instituições políticas e econômicas inclusivas ao contrário das instituições extrativistas, comum em nações fracassadas. Essa teoria parte dos pressupostos de que o Estado de Direito, proteção à propriedade privada, proteção social, liberdade de expressão são frutos das instituições inclusivas e que conferem os agentes econômicos a liberdade das suas atividades econômicas e a respectiva apropriação dos seus lucros por Direito. Logo, as pessoas teriam maior incentivo para aplicar os seus escassos recursos – tempo, capital, e conhecimento – uma vez que há garantias que feito os investimentos o governo não interfira indevidamente nos seus negócios para se apropriar dos benefícios gerados.

Acemoglu e Robinson (2012, p. 40 e 42) afirmam que:

As instituições econômicas inclusivas criam mercados inclusivos, que não só conferem as pessoas a liberdade de realizar em sua vida aquela vocação mais adequada aos seus talentos, mas criam condições iguais para todos, capazes de proporcionar condições e oportunidades econômicas igualitárias para a maioria da população (...). A disseminação de monopólios, respaldados pelo poder político da elite, vai de encontro a esse ideal (...). A capacidade das instituições econômicas de explorar o potencial dos mercados inclusivos, estimular a inovação tecnológica, investir em pessoas e mobilizar os talentos e competências de grande número de indivíduos é fundamental para o crescimento econômico, (...). Mas as instituições políticas de uma sociedade são determinantes cruciais do resultado do jogo.

Assim o crescimento econômico sustentável é o resultado das instituições inclusivas, políticas e econômicas, que funciona criando um ciclo “virtuoso”, ciclo este que nasce não só da lógica inerente do pluralismo e do estado de direito, mas também porque instituições políticas inclusivas tendem a sustentar instituições econômicas inclusivas o que leva a uma distribuição de renda, conferindo mais poder e autonomia, ou seja, a distribuição do poder político de jure, se é nas mãos de um único indivíduo ou de um pequeno grupo ou do

povo, que por sua vez a escolha das instituições econômicas, que modela os incentivos econômico ideal, ou não, ao crescimento econômico.

Este quadro, portanto, introduz um conceito de interação entre participação política e diversificação do acesso a propriedade; nestes termos, a participação política favorece a ampliação do acesso a propriedade e este fenômeno contribui para a ampliação da participação política, sendo que instituições políticas influenciam o equilíbrio das instituições econômicas, que então determinam os resultados econômicos. Mas ainda mais do que isso, para que as instituições econômicas tenham êxitos, que haja garantia dos serviços mínimos prestados pelo Estado, tais como: estradas e uma rede para o transporte de bens; infraestrutura pública para que a atividade econômica tenha condições de florescer; algum tipo de regulamentação básica para a prevenção de fraudes e má conduta, sobretudo por parte das autoridades. Embora muitos dos serviços públicos possam ser prestados pelos mercados e por cidadãos particulares, o grau de coordenação necessário para seu funcionamento em larga escala, em geral, requer a intervenção de uma autoridade central.

Assim, como o Acemoglu & Robinson (2012, p. 81) afirmam, o Estado apresenta um vínculo inexorável com as instituições econômicas, como “impositor” da lei e da ordem, da propriedade privada e dos contratos, e em geral como prestador fundamental de serviços públicos. As instituições econômicas precisam do Estado- Estado centralizado- e dele fazem uso. As instituições que garantem o Estado de Direito respeitam e efetivamente protegem a propriedade privada, possibilitam uma ampla distribuição do poder do regime por sua população, dificultando, assim, que qualquer grupo adquira demasiada influência, podendo comprometer o futuro da nação em prol de seus interesses, são chamadas de “inclusivas”. Já aquelas que permitem que isso ocorra, transformando o Estado ou o mercado em instrumentos de expropriação e transferência de recursos da sociedade para satisfazer um conjunto seletivo de indivíduos, etnias ou classes sociais e religiosas, formando o ciclo denominado de “vicioso” são as instituições “extrativistas”. Estas são aquelas que destroem os incentivos que o cidadão comum pode ter, impossibilitando o pleno funcionamento da atividade econômica. Veremos na seção que se segue em mais detalhes a diferença entre as instituições econômicas inclusivas e extrativistas.

2.3.1. Instituições econômicas inclusivas e extrativistas

Os países apresentam diferenças em termos de êxito econômico em virtude de instituições distintas, das regras que regem o funcionamento da economia e dos incentivos que

motivam a população, (Acemoglu & Robinson, 2012, p. 78-79), as instituições que se distinguem em dois grupos: inclusivas e extrativistas.

As instituições econômicas inclusivas, se caracterizam por aquelas que possibilitam e estimulam a participação da grande massa da população em atividades econômicas no melhor uso possível dos seus talentos e habilidades, e permitam aos indivíduos fazer as escolhas que bem entenderem. Para serem inclusivas, as instituições econômicas devem incluir democratização da propriedade privada, sistema jurídico imparcial e uma gama de serviços públicos que proporcionem condições igualitárias para que as pessoas possam realizar intercâmbios e estabelecer contratos, além de possibilitar o ingresso de novas empresas e permitir a cada um escolher sua profissão, (Acemoglu & Robinson, 2012, p.79).

Segundo estes mesmos autores (2012, p.82), elas também preparam o terreno para o desenvolvimento de dois motores da prosperidade sendo que:

Instituições econômicas inclusivas criam mercados inclusivos, os quais não fornecem as pessoas somente a liberdade de seguir a vocação mais apropriada a seus talentos, mas também promovem um campo de atuação equilibrado que lhes fornece a oportunidade de fazê-lo. [...] instituições econômicas inclusivas também criam o caminho para dois outros motores da prosperidade: tecnologia e educação.

O crescimento econômico sustentado é quase sempre acompanhado de melhorias tecnológicas que permitem às pessoas (mão de obra), à terra e ao capital existente (prédios, maquinário, e assim por diante) aumentar a sua produtividade.

As instituições econômicas extrativistas, não só interferem na dinâmica dos motores de prosperidade, como em certa medida, bloqueiam o seu funcionamento. O governo do país que presta muito poucos serviços públicos a seus cidadãos, nem mesmo os básicos, como assegurar os direitos de propriedade ou da lei e da ordem. Pelo contrário, o próprio governo em certa medida representa um impedimento aos direitos humanos e de propriedade. O baixo nível educacional dos países pobres é causado por instituições econômicas incapazes de gerar incentivos para que os países invistam em educação, combinadas muitas vezes com as instituições políticas incapazes de induzir o governo a construir, financiar e dar suporte às escolas e aos desejos dos pais e das crianças.

A educação e tecnologias, são inegavelmente as duas formas de investimentos essenciais para o desenvolvimento, que bem alocados fornece retornos a economia, que floresce

em condições favoráveis por parte das instituições: governo e o mercado. Garantindo que melhorias e aumento de produtividades futuros desses investimentos tenham um ambiente estável, e os empreendedores sejam devidamente recompensados pela diversificação e modernização da economia. Visto dessa forma: qual a dificuldade em criar tais condições e optar sempre pela prosperidade? Assunto do tema a seguir.

Motores de prosperidade

A questão é que o crescimento e a mudança tecnológica são acompanhados do que o grande economista Joseph Schumpeter chamou de “destruição criativa”: que substituem o velho pelo novo, e produz tanto, ganhadores e perdedores (Acemoglu & Robinson, 2012, p.89). Não obstante o sucesso e o fracasso de grupos específicos, “a lição é clara”: grupos poderosos em geral se opõem ao progresso econômico e aos motores da prosperidade. O crescimento econômico não é apenas um processo de mais e melhores máquinas, e mais gente com acesso a melhor educação, mas, é também um processo transformador e desestabilizador, associado à destruição criativa generalizada. O crescimento só avança, pois, se não for bloqueado pelos derrotados na esfera econômica, prevendo o fim de seus privilégios nessa área, e na esfera política, temendo a erosão de seu poder nesse campo (Acemoglu & Robinson, 2012, p. 90-91).

Portanto, não é surpreendente que educação e defesa da propriedade intelectual raramente estejam entre as prioridades de instituições extrativistas, que, quando não os tratam com indiferença, os fragilizam intencionalmente como forma de garantir a solidez das condições que lhes são vantajosas, ou não para as instituições políticas em causas. Pois, o tipo de instituições políticas as apresenta duas características, que veremos a seguir.

2.3.2. Instituições políticas extrativistas e inclusas

Como argumenta os autores Acemoglu & Robinson, as instituições políticas definem quem são os detentores de poder, *influenciam de modo expressivo o modo e a extensão da participação política* na sociedade e para que fins eles possam ser utilizados. Se a distribuição de poder for estreita e restrita, as instituições políticas serão absolutistas, como ilustrado pelas monarquias absolutas que imperaram por todo o mundo durante boa parte da história. Em contrapartida, as instituições políticas promotoras de ampla distribuição de poder na sociedade e sujeitas às suas restrições são pluralistas, inclusivas.

Os autores Robinson, 2012, p. 84 e 85), são firmes em afirmar que:

As instituições políticas de uma sociedade são determinantes cruciais do resultado deste jogo [...]” de distribuição do poder político. “Elas são as regras que regem os incentivos políticas. Elas determinam como o governo é escolhido e o que cada parte dele tem o direito de fazer. Instituições políticas determinam quem tem poder na sociedade e para que fim ele pode ser utilizado. Se a distribuição de poder for estreita e irrestrita, as instituições serão absolutistas [...]. Em contrapartida, as instituições políticas promotoras de ampla distribuição de poder na sociedade e sujeitas a restrições são pluralistas. (Acemoglu & Robinson, 2012, p. 84 e 85).

Percebe-se, obviamente, a íntima relação entre o pluralismo e as instituições inclusivas, mas para ser inclusivas não consiste tão somente em ter caráter pluralistas, mas também um Estado centralizado e poderoso o bastante, capaz de fazer valer a lei a ordem. Segundo os autores:

Max Weber, (...), forneceu a mais célebre e amplamente aceita definição de Estado, identificando-o com o “monopólio da violência legítima” na sociedade. Sem esse monopólio e o grau de centralização que ele acarreta, o Estado não tem condições de desempenhar seu papel de “impositor” da lei e da ordem, e muito menos prestar serviços públicos e incentivar e regulamentar a atividade econômica (Acemoglu e Robinson, 2012, p. 85).

Instituições econômicas inclusivas garantem segurança da propriedade privada, sistema jurídico imparcial e acesso a serviços públicos de forma igualitária. Do mesmo modo o Estado tem que assegurar, com seu monopólio da coerção, impor a ordem, impedir roubos ou fraudes e fazer valer os contratos entre as partes, sejam elas públicas ou privadas. Os regimes o absolutista – instituições políticas extrativistas – mesmo que tenham autoridade *de facto*, mesmo que tenham o pleno poder direito *de jure* de fazê-lo, como o caso de ditaduras em África, – poder de impor – elas não são pluralistas e não criam incentivos. É preciso que tenham poderes atribuído a ele por meio da democracia. Pois se ele não obter esses poderes, para ter legitimidade de ação, não será um governo centralizado e acaba por não permanecer em governação por falta de coesão/coalizão ou recorrer ao uso de força para se manter no poder (em caso de regimes autoritários). E traduz como, Acemoglu e Robinson (2012, p.85) afirmam: “*na incapacidade de implementar mesmo a mínima quantidade de lei e ordem mesmo em dose mínima suficiente, para dar sustentação a atividade econômica, comércio, ou mesmo a segurança básica de seus cidadãos.*”

Logo para que as instituições políticas sejam classificadas de inclusivas, não basta apresentarem características pluralistas – por exemplo, sejam constituídas a partir de eleições

livres – é preciso que elas sejam instituições políticas suficientemente centralizadas e pluralistas, capaz de implementar exatamente estes princípios dentro de território nacional.

Posto isso, fica claro o argumento de que as nações que fracassam hoje, são basicamente aquelas cujas instituições são extrativistas e incapazes de engendrar os incentivos necessários para que as pessoas poupem, invistam e inovem, e as suas contrapartes políticas lhes dão suporte à medida que consolidam o poder dos beneficiários do extrativismo. Pois, já nos séculos XVII, os cientistas sociais, fundamentavam a importância da inter-relação e das pequenas diferenças institucionais decorrentes das circunstâncias críticas, durante as quais um grande evento ou confluência de fatores vem romper o equilíbrio de poder políticos e econômico existente em determinado país. Em geral, essas circunstâncias críticas afetam todo um conjunto de sociedades, tal como no caso da colonização e da descolonização, processos que abalaram a maior parte do mundo, sendo deterministas, no futuro desenvolvimento econômico das colônias o tipo de colonização engendrada pelo seu colonizador. Este será o tema em discussão na próxima secção.

2.3.3. Colonização inclusiva e colonização extrativista

Grandes acontecimentos ou confluências de fatores muitas vezes podem romper o equilíbrio econômico ou político existente na sociedade, causando transformação que mudam a sua trajetória de desenvolvimento. A “peste negra” vivida pelo o mundo, “*a expansão comercial e a colonização*”, são exemplos de algumas circunstâncias críticas, (Acemoglu & Robinson, 2012, p.106).

Momentos críticos como estes, são momentos singulares, pode ser capaz de provocar reviravolta nos rumos tomados por cada país. A colonização europeia representa um acontecimento marcante na sua trajetória de desenvolvimento. Este momento crítico por um lado, pode abrir caminho para a interrupção do ciclo de instituições extrativistas e possibilitar o surgimento de outras mais inclusivas, como aconteceu na Inglaterra (Acemoglu & Robinson, 2012, p. 106). Ou podem criar e intensificar a emergência de instituições inclusivas, ou podem abrir caminho para a interrupção do ciclo de instituições extrativistas e possibilitar o surgimento de outras, mais inclusivas, (Acemoglu & Robinson, 2012, p. 106).

Daí que compreender como a história e essas circunstâncias críticas moldam a trajetória das instituições econômicas e políticas, permite o desenvolvimento de uma teoria mais completa das causas das discrepâncias em pobreza e prosperidade. Ajuda também a explicar o

atual estado de coisa e por que alguns países conseguem realizar a transição para instituições econômicas e políticas inclusivas, ao passo que outros, não.

A disseminação da Revolução Industrial gerou diferentes efeitos sobre o mundo, do mesmo modo que a “peste negra” teve consequências distintas sobre o Oeste e Leste Europeu, assim como a expansão do comércio europeu no atlântico teve impactos diferentes sobre Inglaterra, Espanha, Canadá, Américas e na África. As discrepâncias institucionais e suas implicações decorrentes do processo de colonização e descolonização tendem a persistir até o presente, ainda que de maneira imperfeita, em virtude dos círculos viciosos e virtuosos, e são a chave para compreender tanto a emergência das desigualdades no mundo quanto a natureza do atual estado de coisas (Acemoglu & Robinson, 2012, p. 111). Nesta subsecção veremos como se caracteriza a colonização inclusivas ou de povoamento, e as colonização extrativistas ou de exploração, na constituição de instituições.

O processo de “colonização inclusivas ou de povoamento”, caso particularmente de algumas das colônias “europeias” como Austrália, Canadá e Estados Unidos, se caracterizava por estabelecimento de Estados centralizados, com instituições políticas pluralistas e democráticas, constituições latentes (o parlamento, os Estados Gerais e as Cortes) e as similaridades subjacentes em suas instituições econômicas, com maior democratização de propriedade e a ausência de servidão (Acemoglu & Robinson, 2012, p. 117 e 118). Um conjunto de inter-relação Estado e Sociedade mais igualitária, possibilitando a maior concorrência e diversificação da produção e inovação.

Em outras partes do mundo, a colonização europeia em contraste com a criação de instituições inclusivas, surgidas nos Estados Unidos e Canadá, e a América Latina, caracterizou-se pela constituição de instituições extrativistas, o que explica os padrões de desigualdade observados no continente. O processo de “colonização extrativista ou de exploração”, se caracterizou por estabelecimento de instituições absolutistas imposta por meio da força e o poder de controle. Cujo objetivo principal era de exploração comercial para o enriquecimento das metrópoles. Toda a gama de estratégias tinha por objetivo rebaixar os padrões de vida dos povos, ao nível da subsistência e, assim, destinar toda a receita excedente a metrópoles. Para tanto, expropriaram-lhes as terras, restringindo o direito de propriedade e o incentivo a inovação produtiva, forçando-os ao trabalho, oferecendo baixos salários, impondo impostos elevados e altos custos em bens de primeira necessidade, cuja compra sequer era voluntária (Acemoglu & Robinson, 2012, p. 28). Em que o detentor do poder é o único decisório

e controlador a produção econômica, pois esses e muitos outros monopólios conferiam a um único indivíduo ou elites, o direito exclusivo de controlar a produção de bens, impedindo a concorrência, a democratização de economia, e o surgimento de novos talentos, elementos cruciais à prosperidade econômica

As instituições políticas e econômicas extrativistas, implementadas pelos conquistadores perduraram, condenando a maior parte dessa região à pobreza. Pois, uma vez encerrado o controle europeu, instalou-se a mesma dinâmica, como o exemplo da África subsaariana, com as instituições coloniais extrativistas agora nas mãos das elites independentes. Em alguns casos na história do mundo esses setores da sociedade foram uma criação direta das potências coloniais, o que também ocorreu com frequência na África (Acemoglu & Robinson, 2012, p.125).

Em função das circunstâncias críticas os países fizeram trajetórias distintas na moldagem das suas instituições. Por um lado, instituições inclusivas, em que os residentes podem escolher livremente suas ocupações e adquirir educação e conhecimento, existem estímulos para os empreendedores investirem nas tecnologias, providos de direitos de propriedade, gerando melhores salários e satisfação dos residentes. Têm ainda acesso as instituições políticas que lhes permitem tomar parte no processo democrático, elegendo seus representantes que, por conseguinte, trabalham na promoção dos serviços básicos, que são reivindicados pelos cidadãos (Acemoglu & Robinson, 2012, p.20). Instituições que segundo os autores, são mais conducentes ao desenvolvimento, pois mesmo que de forma implícita, centra na participação política dos cidadãos, nos processos decisórios relativamente a agenda política das nações e democratização do direito de propriedade, viabilizando a competição e inovação. Oposto a isso, são instituições extrativistas, incapazes de engendrar os incentivos necessários para que as pessoas poupem, invistam e inovem, e as suas contrapartes políticas lhes dão suporte à medida que consolidam o poder dos beneficiários do extrativismo. E as instituições políticas, falham na sua missão de prover direitos básicos aos cidadãos, porque os governantes beneficiam das instituições extrativistas existentes.

A solução para as nações fracassadas seria transformar suas instituições extrativistas em inclusivas. Não é fácil modificar tais condições, mesmo em regime democrático é preciso ter em conta as limitações dos promotores da mudança, quando a utilização da sua influência, dado ao conflito de interesses internos, mesmo conscientes da importância das reformas, ainda tentam interferir na sua aplicação. Portanto, o êxito na execução de reformas,

nesse caso exige um grande custo político dos atores e promotores envolvidos não somente que tenham conhecimento completo das distorções prevalentes, mas também a capacidade de as promover completamente. Embora, haja custo e limitações em modelar as instituições, é do interesse das nações a execução de reformas eficiente para aperfeiçoar as instituições nacionais, numa melhor inclusão, para que o país almeje o desenvolvimento e promova o bem-estar.

Portando, cada economia que busca a inclusão das suas instituições, deve recorrer aos estudos cautelosos e analíticos, ponderando os impactos negativos e positivos. Sendo que deve ter sempre em conta a superação de obstáculos que apresenta interesses extrativistas, a um indivíduo ou grupo de indivíduos. Não é refutável a utilização de instrumentos previamente experimentados por outros países, mas esses devem ser antes, devidamente analisados.

Como vimos, esta nova teoria institucional de desenvolvimento, apresenta argumentos relevantes e contemporâneos que definem inquestionavelmente as causas do desenvolvimento, embora também apresente limitações. É o que melhor explica o nosso objeto em estudo quanto ao seu perfil sócio econômico e se manifesta adequado para a orientação dessa pesquisa e obtenção de resposta à sua questão central. Pois essa construção teórica possibilita o desenvolvimento de uma apreciação do objeto em estudo em sintonia com o meio acadêmico científico, o que nos permite na seção seguinte fazer análise da trajetória institucional de STP. Partindo deste princípio que, as características das instituições das nações estão fortemente relacionadas com a prosperidade, faremos o estudo das trajetórias institucionais de São Tomé e Príncipe, explorando o indício da sua relação com o nível de desenvolvimento atual.

3. INSTITUIÇÕES E DESENVOLVIMENTO EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Nesta seção, faremos análise da trajetória institucional e do padrão do desenvolvimento contemporâneo de São Tomé e Príncipe, destacando aspectos relevantes que caracterizam e classificam de acordo com a teoria acima apresentada, o tipo de instituição em evidência no decorrer do momento histórico até os dias atuais, depois apresentaremos um breve quadro comparativo do índice de desenvolvimento das nações insulares, com população entre 100 mil e 600 mil, correlacionado com o tipo de colonização, na tentativa de encontrar evidência de diferenças dos índices de desenvolvimento, quando se diferencia o tipo de colonização. Esta seção está dividida em quatro subseções, a primeira aborda a trajetória institucional durante a colonização portuguesa, segunda transcreve o processo de independência e o modelo pós-

independência, a terceira o período da independência conjugada com a democracia até as datas mais recentes, por último a quarta subseção onde é apresentada a análise do desenvolvimento incluindo as outras nações insulares, com população entre 100 mil a 600 mil habitantes, destacando seus êxitos de desenvolvimento em função da trajetória institucional considerando as suas características insulares.

3.1. Sociedade e economia de São Tomé e Príncipe

Aborda-se nesta subseção a situação socioeconômica de São Tomé e Príncipe. País insular, com uma economia frágil, de rendimento médio baixo, em que mais de 60% da população vive na pobreza. Independente de Portugal há mais de 42 anos (12 de julho de 1975), após a independência, passou por um regime autoritário de inspiração marxista-leninista por período de quinze anos, cuja democracia formal só foi instituída em 1990, - regime vigente, no qual se verifica constantes instabilidades políticas. Também se constata no país, desafios econômicos, relacionados as especificidades comuns em Pequenos Estados Insulares, mercado interno pouco desenvolvido e muito dependente do exterior, balança comercial negativa, exportação primária, sistema produtivo pouco desenvolvido e não diversificado.

A República Democrática de São Tomé e Príncipe está localizada no Golfo da Guiné (Figura 1), na costa ocidental da África, próximo de Gabão, da Nigéria, dos Camarões e da Guiné Equatorial. É constituído por duas ilhas, de São Tomé e a do Príncipe e vários ilhéus (*de acordo com a constituição do país, o território inclui os “ilhéus” das Rolas, das Cabras, Bombom, Bené Jockey, Pedras Tinhosas e Ilhéus adjacentes*). O perímetro marítimo inclui: a norte, o chamado “Golfo de Biafra”, ora conhecido por “Golfo de Bonny”, reentrância junto ao estuário ou delta do rio Nigéria; a leste, o estuário do rio Gabão que faz parte da costa do Congo; a sul, a ilha de Annobón; a noroeste, a província petrolífera comum entre Nigéria e São Tomé intitulada “Zona de Desenvolvimento Conjunto (ZDC)¹”, Nigéria e São Tomé e Príncipe. Atravessado pela linha do equador (latitude 00° 04N tem 010 41’N longitude 06° 25E a 25’E a 07° 28’E), dista 300 km da costa atlântica do continente.

¹ Área marítima na fronteira territorial entre São Tomé e Príncipe e Nigéria, definida por meio de acordo entre esses dois países como “Zona de Desenvolvimento Conjunto” de exploração petrolífera.

Figura 1 - Localização geográfica de São Tomé e Príncipe



Fonte: Wikipédia (2018)

O menor Estado da África, depois das Seicheles, com uma luxuriante vegetação, escassa superfície terrestre no total de 1001 km², é ainda dividido entre a ilha de São Tomé, que possui uma superfície de 859 km², e a ilha do Príncipe, com 142 km², ambas correspondendo a uma área comparável ao território de Hong Kong (Região Administrativa Especial da China) ou a um quinto do Distrito Federal, onde está situada a capital do Brasil, Brasília. Vale ainda acrescentar que, a Ilha do Príncipe localiza-se a nordeste da ilha de São Tomé e dela se afasta por uma distância oceânica aproximada de 145 km.

3.1.1. Formação histórica de São Tomé e Príncipe

A descoberta de São Tomé e Príncipe (STP) está associada à exploração comercial como ocorreu no Brasil no século XVI. Descoberto por navegadores portugueses em 1470 (ilha de São Tomé) e 1471 (a ilha do Príncipe), o então arquipélago desabitado começou a ser explorado a partir de 1493, com a então plantação e produção de cana de açúcar. Foi no quadro da expansão do império colonial português que se desenvolveu toda a construção da sociedade são-tomense. A expansão colonial portuguesa, como fez notar Huberman (2010, apud Menezes, 2012, p.143), deve ser enquadrada no âmbito do desenvolvimento do sistema comercial mercantilista europeu em finais do século XV, dada evolução permitiu a integração de toda a África no sistema mundial no século XIX, e cujos fundamentos podem ser delimitados na necessidade de suprir as grandes dificuldades de ordem econômica e social com que a Europa se via confrontada, durante a transição da Idade Média para a Idade Moderna.

As datas do descobrimento, ocupação e de início da construção de sociedades em São Tomé e Príncipe não são conhecidas com exatidão, contudo, é formulado consensualmente, que as ilhas de São Tomé e do Príncipe terão sido descobertas, respectivamente, a 27 de dezembro de 1470 e 17 de janeiro de 1471, dias dedicados a São Tomé e Santo Antão, este último, o primitivo nome da ilha do Príncipe, posteriormente mudado em homenagem ao Príncipe D. João. Só em 24 de setembro de 1485 a ilha de São Tomé foi elevada por Carta régia à categoria de Capitania e povoada em 1493 – duas décadas mais tarde – dando início ao seu povoamento, isso devido as notícias espalhadas sobre o carácter inóspito e agressivo do clima no arquipélago (Menezes, 2012, p.148).

O primeiro grupo populacional, em menor número, incluía na sua maioria os degredados (gente incomoda à sociedade portuguesa de então, que queria ver-se livre dela), os oficiais da administração civil, religiosa e militar, os mercadores interessados no tráfico de escravos e na produção de açúcar e alguns estrangeiros. O segundo, integrava na sua maioria os escravos resgatados na costa africana, sobretudo “gente de Benim, do Congo, do Gabão e de Angola, pontos costeiros que lhes ficavam mais próximos” (Tenreiro, 1956, p. 9), mas também, negros livres², em número bastante reduzido, que investiam e participavam nos negócios (incluindo tráfico de escravos).

Os portugueses permaneceram no arquipélago por um período de 500 anos e colonizaram as ilhas em dois períodos distintos: século XV a XVI, dominado pelo ciclo de produção de açúcar e comércio de escravo; e ao final do século XVIII, até o século XX, dominado pelos ciclos de café e cacau. Embora em ambas as colonizações se trate de exploração agrícola, as políticas socioeconômicas entre elas foram distintas. Na primeira colonização, os nativos, sobretudo os mestiços, chegaram a controlar a economia, a vida social e administrativa do arquipélago a partir do fim do ciclo de produção de cana-de-açúcar em finais do século XVI até meados do século XVIII.

No ciclo de produção de cana-de-açúcar, as organizações europeias eram menos opressivas, não restringiam ao cultivo de produtos de subsistência, praticados pelos escravos, produtos também usados para os pequenos comércios, como o abastecimento dos navios negreiros que escalavam o arquipélago para carregamento de açúcar e de escravos/mercadoria

² Segundo Menezes (2012), autores portugueses como Caldeira e Pinheiro, apoiando-se nas palavras de um piloto anónimo, fazem referência a um tal João Menino, um negro riquíssimo que tinha os seus negócios em São Tomé e Príncipe no século XVI ligado à costa africana.

(peças). As condições “edafoclimáticas³” do arquipélago, fazem do arquipélago não apenas um espaço de monocultura, mas também “um centro de introdução e “ensaio” de plantas e técnicas agrícolas novas” (Henriques, 2000, *apud* Menezes, 2012, p.175).

Após a Revolução dos Cravos⁴, em abril de 1974, os países Africanos colonizados por Portugal tiveram o caminho livre para a independência. Após a independência todos os países enveredaram para o regime monopartidário. Neste contexto, STP se tornou independente de Portugal em 12 julho de 1975 e entregue pelo então Governo português representante do povo, o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe – MLSTP. Em 1990, o país faz a transição do regime democrático e liberalização da economia, criando uma nova configuração política, regime vigente até a data.

3.1.2. Perfil político de São Tomé e Príncipe

Após a instituição formal da democracia desde 1991, na sua mais recente reforma em 2003, a política de São Tomé e Príncipe tem lugar no sistema semipresencial democrático representativo. São órgãos de soberania santomense: o Presidente da República; a Assembleia Nacional; os Governo e Tribunais. O Presidente da República é o Chefe do Estado e o Comandante Supremo das Forças Armadas. A Assembleia Nacional, composta por cinquenta e cinco deputados, um número que vários autores consideram excessivo para o país tendo em conta a sua dimensão geográfica e populacional, é o mais alto órgão representativo e legislativo do Estado. O Governo é o órgão executivo e administrativo do Estado, cabendo-lhe a condução política geral do País, que é composto pelo Primeiro-Ministro que é indicado pelo partido vencedor das eleições legislativas e com o consentimento do Presidente da República, pelos Ministros e pelos Secretários de Estado que são nomeados pelo Primeiro-Ministro. Compete ao Primeiro-Ministro dirigir e coordenar as ações do governo e assegurar a execução das leis.

O Presidente da República é eleito para um período de cinco anos por sufrágio direto universal em votação secreta e pode conter no máximo dois mandatos consecutivos. Os candidatos podem ter vínculos partidário ou serem independentes. A assembleia Nacional (*Poder legislativo*) é eleita por prazo de quatro anos, em sete eleitorados “*multi-membros*” por

³ A expressão «condições edafoclimáticas» refere características definidas através de fatores do meio tais como o clima, são relativas à influência dos solos nos seres vivos, em particular nos organismos do reino vegetal, incluindo o uso da terra pelo homem, a fim de estimular o crescimento das plantas.

⁴ Revolução dos Cravos, refere-se a um período da história de Portugal resultante de um movimento social, ocorrido a 25 de abril de 1974, que depôs o regime ditatorial do Estado Novo, vigente desde 1933, e iniciou um processo que viria a terminar com a implantação de um regime democrático e com a entrada em vigor da nova Constituição a 25 de abril de 1976, com uma forte orientação socialista na sua origem.

representação proporcional. O Primeiro-Ministro é nomeado pelo PR, após a indicação do partido vencedor das eleições, (por vezes em coligações partidárias que compõem a maioria parlamentar com intuito de garantir a estabilidade governativa).

Desde 1991 a configuração partidária tem sido marcada pelo surgimento de novos partidos, com especial incidência em 2001 e conseqüentemente fragmentação dos grupos de interesses. Tem-se assistido uma evolução no número de partidos e de coligações eleitorais, por exemplo, o Movimento Democrático das Forças da Mudança Partido Liberal (MDFM) é constituído em 2001; em 2005 surgiram a Geração Esperança (GE) e a União dos Democratas para Cidadania e Desenvolvimento (UDCD) e, em 2006, o Movimento Novo Rumo (MNR). Vários pequenos partidos que integram duas coligações eleitorais em 2002 e 2006, são eles: Partido da Renovação Democrática (PRD), União Nacional para a Democracia e Progresso (UNDP), Partido Popular do Progresso (PPP), Partido da Renovação Social (PRS), Partido Trabalhista São-Tomense (PTS) e Partido Liberal Social (PLS). Houve também uma coligação eleitoral, a Uê Kédadji (UK), que concorreu às eleições de 2002 e 2006, formada por ADI, CODO, PRD, PPP e UNDP. Em 2017 é constituído o Movimento Social Democrata-Partido Verde São Tomé e Príncipe (MSD-PVSTP). Ao caracterizar o surgimento de novos partidos, podemos considerar que STP é o país onde existe uma grande mobilidade para surgimento de novas forças políticas. Pois desta forma dificulta o partido vencedor das eleições a atingir uma maioria absoluta, criando assim, a necessidade de lidar com diversos interesses partidário, em detrimento do bem-estar da nação.

Ainda ao nível da democracia pode dizer que, os são-tomenses, aparentemente, têm escolhido os seus governantes por meio de eleições pacíficas e transparentes, os partidos políticos têm dado uma ideia de preocupação na obediência aos princípios democráticos, embora, tenha havido discordâncias e conflitos políticos nos corredores do governo e da Assembleia Nacional, os debates têm sido realizados. Um certo número de partidos políticos tem participado das iniciativas do governo, expressando as suas opiniões abertamente. A liberdade de imprensa é respeitada e há vários jornais independentes que fazem publicações mesmo em contraditório ao boletim do governo. Este último, pode-se dizer, não tem pautado por recorrer a medidas repressivas contra os seus cidadãos mais irreverentes, a liberdade de expressão é aceite e o governo nunca tomou, até a data das últimas eleições presidenciais medidas repressivas para silenciar os críticos.

Se os ganhos são inquestionáveis, é também inquestionável que muito há que ser feito em construção da democracia em STP. Em menos de três décadas da democracia, o país vivenciou profundas instabilidades políticas. Já conheceu dezesseis novos Primeiros-Ministros, foram registados dois brevíssimos e bem-sucedidos golpes de Estado e uma tentativa de golpe sem sucesso.

O primeiro, quando Manuel Quintas de Almeida, militar, presidente da junta de Salvação Nacional, apoiado por 900 homens armados, tomou o poder em agosto de 1995. Governou durante sete dias, de 15 de agosto de 1995 a 21 de agosto de 1995, mas foi obrigado a recuar depois de Angola ter intercedido para forçar um acordo (Jornal Folha 8, 2016). O segundo, impôs-se em 16 de junho de 2003 por via de um golpe de Estado liderado pelo Major Fernando “Cobo” e apoiado pela Frente Democrática Cristã (FDC), partido sem representação parlamentar liderado por Sabino Santos e Arlécio Costa, que fez apelar o então presidente Fradique de Menezes nessa altura fora do país em Abuja, na Nigéria. Fradique de Menezes retomou o poder uma semana mais tarde depois de ter concluído A Fôrceps e com apoio da comunidade internacional e da ONU um acordo com o Major. Isto, sem esquecer a tentativa de golpe supostamente envolvendo a Frente Democrática Cristã, em 12 de fevereiro de 2009, anunciada pelas autoridades nacionais (Jornal Folha 8, 2016)

Nas últimas eleições legislativas de 2014, a Partida Ação Democrática Independente (ADI) obteve a maioria absoluta no Parlamento e atualmente está no seu terceiro ano de mandato, esta representa a primeira oportunidade em mais de duas décadas da instabilidade política no país, pois o governo pode ter um mandato completo de quatro anos. O partido no poder ocupa atualmente 33 dos 55 lugares na Assembleia Nacional e vê reforçada a garantia do mandato⁵ com a eleição de Evaristo Carvalho para o cargo de Presidente da República nas eleições presidenciais que tiveram lugar em julho de 2016. O que se espera que venha a traduzir na efetividade de implementação de plano de governo e consequentemente políticas públicas, para melhorias de país ao nível econômico e social. Na próxima subseção apresenta-se o perfil social de STP.

3.1.3. Perfil demográfico e social de São Tomé e Príncipe

O país conta com uma população no total de 199.910 habitantes (Banco Mundial, 2018), tem o Índice de Desenvolvimento Humano do Plano das Nações Unidas para o

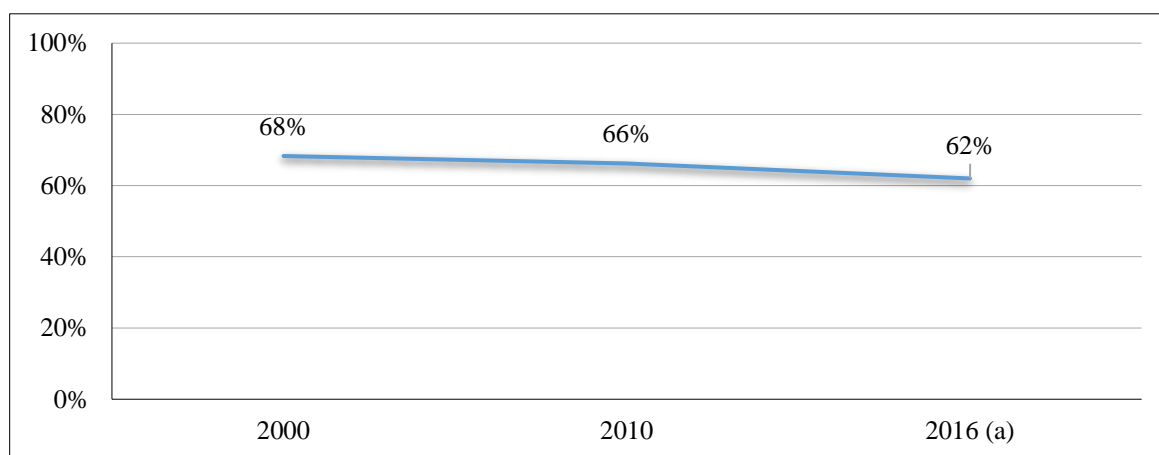
⁵ Que reduz probabilidade de conflitos político entre os órgãos executivos.

Desenvolvimento – PNUD, superior da média da África Subsaariana e tem tido progressos no melhoramento de outros indicadores sociais, mas ainda se estima que 62% da população vive na pobreza.

A escolaridade bruta na instrução primária é de 110%⁶; a expectativa média de vida é de 66 anos; a taxa de mortalidade infantil referente a crianças com menos de cinco anos é de 51 por 1.000 nados-vivos; 97% da população tem o acesso a uma fonte de água potável; e o acesso à eletricidade cobre 60% da população (Banco Mundial, 2018). Percebe-se melhorias incrementais, mas sem impacto significativo na redução da pobreza, uma vez que este indicador, conforme demonstrado no gráfico 1, se mantém na ordem dos 60% desde o ano 2000.

Os índices de desenvolvimento humano, que embora recentemente apresentem tendências de melhorias nos últimos anos, já teve melhores classificações ao longo da história do país, como podemos verificar no gráfico 2, referente ao ano 2000 a 2015.

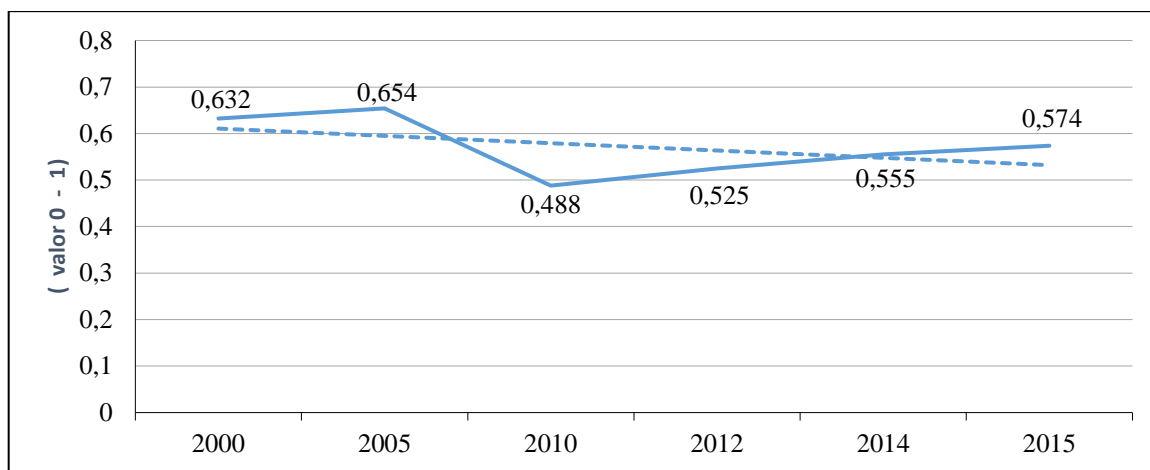
Gráfico 1 – Índice da população de STP abaixo da linha da pobreza em % (2000-2016)



Fonte: A partir da base de dados da Banco Mundial, (a) estimativa do BM no “overview”, 2018

⁶ A taxa do ensino fundamental de acordo com a BM, pode assumir valores superiores a 100 %.

Gráfico 2 – Índice de desenvolvimento Humano de STP, (2000-2015)



Fonte: A partir dos relatórios anuais da PNUD, 2018.

O perfil da população são-tomense, no final da primeira fase da colonização era constituída por forros, “angolares⁷” e por uma diversidade de escravos que ainda não eram livres. Com a abolição da escravatura, nos finais do século XIX, e a introdução de culturas de cacau e do café, surge a necessidade de mãos-de-obra, daí que, foram contratados (em condições precárias) novos serviçais a partir das outras colónias portuguesas em África, para STP, com especial destaque para Cabo Verde, Angola e Moçambique. A importação desta mão-de-obra influenciou de forma significativa, durante muito tempo, a estrutura e as características demográficas da população são-tomense, conforme se pode observar nos dados da Tabela 1. Os dados numéricos a que se faz referência na Tabela 1 datam, no entanto, a partir de 1878, não tendo sido possível obter dados referentes a data anterior, até 2001. Pode-se verificar que nessa altura mais de 90% da população não tinha nascido nas ilhas (Menezes, 2003, p. 38).

Tabela 1. População de São Tomé e Príncipe (1878-2009)

ANOS	POPULAÇÃO TOTAL	% ESTRANGEIRO NO TOTAL POPULAÇÃO
1878	20.928	97%
1895	30.000	53%
1900	42.130	51%
1909	64.221	55%
1919	68.839	54%
1921	59.055	66%
1940	60.490	49%
1959	60.158	42%
1960	64.263	36%

⁷ Pequena população angolana que vivem no sul da ilha de São Tome. A origem desse grupo é associada ao naufrágio do navio de escravo perto da ilha, eles seriam os sobreviventes, mas também associada a fuga de escravos, que viram o sul da ilha como ponto ideal para se esconder.

1970	73.800	17%
1981	96.611	7%
1991	117.504	5%
2001	136.000	-----

Fonte: Adaptação do autor a partir de Menezes (2012, p.174).

Em São Tomé e Príncipe, a identidade nacional – sentimento de pertença a uma nação – parecia ensombrada, devido ao percurso histórico conturbado, cuja justificação pode ser encontrada na trajetória de uma colonização materializada em várias fases, facto que impacta direta e indiretamente a construção do Estado de São Tomé e Príncipe. O défice de identidade⁸ em São Tomé e Príncipe pode ser explicada pelo conjunto dos seguintes fatores citados por Menezes, (2012, p. 190): (i) permanentes conflitos entre diferentes grupos sociais, praticamente desde o início da colonização e que tiveram a sua continuidade após a independência; (ii) as condições climáticas e opções políticas, que fizeram de São Tomé e Príncipe uma economia de monocultura baseada em mão-de-obra não especializada, de que os ciclos de cana-de-açúcar, café e cacau são exemplos elucidativos; (iii) a descontinuidade na colonização, consubstanciada num interregno de quase dois séculos, entre meados do século XVI e meados do século XVIII.

Contudo, São Tomé e Príncipe atingiu os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM para: o ensino primário universal; a promoção da igualdade dos géneros e capacitação das mulheres; a melhoria da saúde materna e combate ao HIV/AIDS, tuberculose, malária e outras doenças. Esses avanços foram fruto de melhorias incrementais e da recente estabilidade macroeconômicas, tema da nossa próxima secção.

3.1.4. Configuração econômica de São Tomé e Príncipe

A República Democrática de São Tomé e Príncipe tem uma economia frágil e muito dependente dos fatores externos, particularidades dos Pequenos Estados Insulares - PEI, grupo do qual o país faz parte e que partilham características como:

- forte propensão a desastres naturais;
- expressiva exposição a mudanças climáticas;
- reduzida extensão territorial, fato que restringe a agricultura e a pecuária extensiva;

⁸ Sociedade revolucionária, com projetos políticos nacionalistas

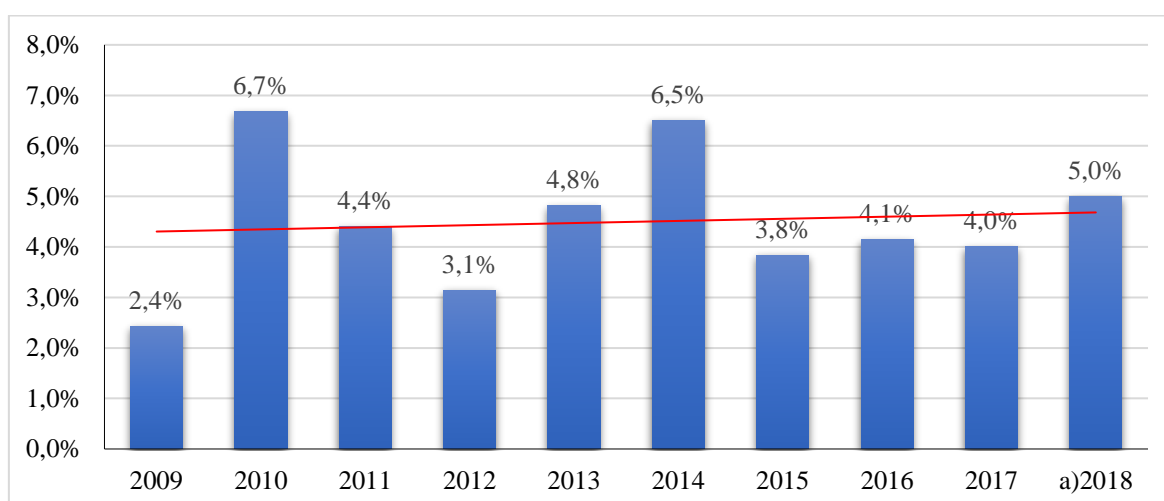
- população pequena, fato limitador do mercado interno e que restringe iniciativas associadas ao desenvolvimento industrial que, em geral, exige uma escala mínima de eficiência incompatível com populações diminutas.

Situação macroeconômica de São Tomé e Príncipe

O País tem vindo a conquistar uma estabilidade macroeconômica em tempos recentes⁹. A redução da inflação nos valores mais baixos das últimas duas décadas. As taxas de crescimento económico têm sido estáveis desde 2009, com uma média de mais de 4% ao ano, depois de um período de taxas de crescimento altamente variáveis (gráfico 1), o país viveu momentos de pico em 2005, 2006 e 2008, anos em que o PIB subiu mais de 7%.

Por outro lado, as finanças públicas deparam com pressões fiscais fortes. O apoio orçamental externo está em queda, face as crises financeiras mundiais, o nível da dívida mantém-se elevado. Contudo, o Governador do Banco Central, na sua declaração do final do ano, “aponta para 2018 um crescimento do PIB na ordem de 5,0%, valor acima dos 4,0% registado em 2017, e a inflação deverá manter-se em 6,5 %” (BCSTP, 2017, p.2. Embora o crescimento do PIB tem se mantido sólido, conforme o gráfico 3, a mobilização de recursos internos suficientes para financiar as despesas públicas (saúde, educação, segurança e infraestrutura, etc.) que representam um desafio para o governo.

Gráfico 3 – Taxa anual em % do crescimento do produto interno bruto de STP



Fonte: Produzido pelo autor a partir dos dados do Banco Mundial, estimativa apresenta pelo BCSTP.

⁹ Relatório do FMI. Disponível em: <file:///C:/Users/Adm/Downloads/cr16174p.pdf>

No panorama geral do Banco Mundial, o país é mencionado com uma economia de “renda média baixa” e frágil (BM, 2016). Esta opinião é compartilhada pelo Centro de Investigação e de Análise de Políticas para o Desenvolvimento – CIAD¹⁰, para quem o país possui capitalismo tardio, com setor produtivo débil, extrema dependência das importações e balança corrente estruturalmente deficitária (CIAD, 2011, pag. 13).

O desalinhamento entre o rendimento e o consumo do país e os sistemáticos défice na balança comercial resultam forte dependência externa de consumo e fraca produção interna, como podemos verificar na Quadro 1.

Quadro 1 - Balança comercial de São Tomé e Príncipe, período 2013-2017 (em US\$ mil)

<i>Contas</i>	2013	2014	2015	2016	2017
1. EXPORTAÇÕES DE BENS - FOB	6.946,02	10.265,35	9.076,51	10.417,52	10.866,22
1.1. Produtos Agrícolas	5.862,10	9.601,16	8.348,33	9.166,26	9.245,71
1.1.1. Cacau	5.415,75	9.146,77	7.895,51	8.635,61	8.620,65
1.1.2. Café	36,82	38,79	20,26	4,27	37,06
1.1.3. Pimenta	32,60	1,03	100,35	169,44	208,81
1.1.4. Óleo de Coco	7,37	0,00	0,00	1,10	0,00
1.1.5. Chocolate	228,71	257,56	196,34	176,79	188,69
1.1.6. Coco	140,84	157,01	135,87	179,04	190,51
1.2. Outros	1.083,92	664,19	728,18	1.251,27	1.620,51
2. REEXPORTAÇÃO	5.941,11	6.954,11	2.229,86	3.226,72	4.724,22
3. IMPORTAÇÕES DE BENS- FOB	128.645,92	144.628,53	118.947,79	119.114,18	127.674,66
3.1. Bens de Consumo	52.313,26	61.721,21	48.838,05	54.396,86	50.456,68
3.1.1. Géneros alimentícios	26.565,52	30.804,13	25.710,29	26.620,43	27.449,80
3.1.2. Bebidas	10.074,37	11.677,77	8.596,76	9.509,60	7.650,49
3.1.3. Mobiliário	1.894,21	1.203,79	1.651,94	1.194,28	1.445,06
3.1.4. Medicamentos	1.101,39	729,28	622,08	713,17	948,36
3.1.5. Meios de transportes	6.714,18	8.764,17	6.749,72	10.231,67	6.576,27
3.1.6. Vestuário e Calçado	2.452,27	4.447,29	2.252,66	3.245,35	2.890,02
3.1.7. Papel e Cartão	1.142,80	1.195,81	760,29	771,57	762,30

¹⁰ O Centro de Investigação e de Análise de Políticas para o Desenvolvimento – CIAD é um órgão nacional autónomo de pesquisa, vinculado ao Ministério do Plano e Desenvolvimento.

3.1.8. Livros e Materiais	455,84	533,94	473,76	263,08	421,09
3.1.9. Lãs Fibras e Algodão	658,43	816,31	831,88	608,26	943,00
3.1.10. Álcool Éter e Derivados	1.254,26	1.548,73	1.188,67	1.239,44	1.370,28
3.2. Bens de Capital	27.885,42	30.291,81	27.865,49	31.157,49	36.831,10
3.2.1. Equipamento	17.121,42	17.379,96	15.277,44	18.219,29	26.952,88
3.2.2. Materiais de Construção	5.696,06	6.285,13	7.957,59	6.757,04	8.553,05
3.2.3. Ferro Alumínio e Out. Simil.	5.067,94	6.626,71	4.630,45	6.181,16	1.325,17
3.3. Produtos petrolíferos	38.214,97	41.123,98	31.260,87	21.661,88	27.567,02
3.3.1. Gasóleo	17.612,59	20.629,62	21.136,35	15.036,41	18.922,95
3.3.2. Gasolina	4.295,43	5.488,78	5.072,49	3.108,05	4.565,44
3.3.3. Outros	16.306,95	15.005,58	5.052,03	3.517,42	4.078,63
3.4. Outros	10.232,28	11.491,53	10.983,38	11.897,94	12.819,86
4. SALDO DA BALANÇA COMERCIAL(1-3)	-121.699,89	-134.363,17	-109.871,28	-108.696,65	-116.808,44

Fonte: Banco Central de São Tomé e Príncipe

Ao verificarmos a balança comercial, percebemos um saldo negativo na ordem dos -116,8 milhões de dólares para o ano de 2017, o que consiste em um déficit na balança comercial na ordem de mais de 30% do PIB em termos médios. Estes valores, segundo o CIAD, têm se registrado ao longo dos anos, o que considera insustentável para o país, mesmo com as melhorias incrementais, a solidez do crescimento econômico e a estabilidade da inflação registrado nos últimos anos.

Quando olhamos para as exportações percebemos que são lideradas pelo *Cacau em amêndoas – exportação primária*, que representa aproximadamente 80% das exportações totais, peso significativo de exportação em produtos primários sem agregação de outros valores a economia. Que está fortemente vinculado ao antigo processo colonial, devendo-se a estrutura de monocultura. O que reduz por completo a possibilidade de efeito “*em cadeia*” mencionado por Hirschman (2008, p. 30), segundo o qual a mais favorável constelação seria naturalmente aquela na qual um produto primário de exportação fosse simultaneamente dotado de fortes efeitos em cadeia em toda a linha, ex.: com a produção, consumo e repercussões fiscais. Desafortunadamente uma situação de tal modo ideal não tem muitas probabilidades de ocorrer. A situação se agrava quando, por outro lado, as importações se caracterizam por uma forte demanda por dieta alimentar, composta por massas alimentícias, açúcares, proteínas e bebidas

industrializadas, mesmo não alcoólicas, o que geram conflitos como a tradicional dieta alimentar do país e a produção interna.

Nos anos recentes o país foi alvo de atenção de várias nações, em virtude da recente descoberta de petróleo na sua plataforma continental, situado junto a costa de intensa atividade petrolífera que vai da Nigéria a Angola. Contudo, já se passaram mais doze anos, e não foram feitas quaisquer explorações comerciais. Realçar que particularmente a lei que regula esta atividade (Lei nº8/2004, lei – Quadro das Receitas Petrolíferas), prevê um mínimo de 7% das receitas para serem alocados ao desenvolvimento da Região Autónoma do Príncipe e um mínimo e 10% às autarquias locais, essencialmente composta por áreas rurais.

Concluindo essa seção, cujo objetivo é espelhar aspectos fundamentais da situação política, sociais e econômica de STP. Ressaltamos que este é um exercício necessário para que seja possível a compreensão e análise da real situação do país, na reflexão e questionamento sobre o seu desenvolvimento, pois a leitura do perfil político, social e econômico, nos permite com recurso a teoria, formar argumentos sobre qualidade das suas instituições e a relação com o seu desenvolvimento. Cumprindo dessa forma o propósito da pesquisa.

3.2. Colonização

Pretende-se nessa subseção identificar ao longo da história, circunstâncias marcantes na moldagem das instituições de STP, explorando evidências sobre o tipo de instituição nacional. Como na afirmação do Acemoglu & Robinson (2012, p.111):

“(…) as trajetórias divergentes das sociedades, XVII ilustram a importância da inter-relação das pequenas diferenças institucionais e as circunstâncias críticas, durante as quais um grande evento ou confluência de fatores que rompem o equilíbrio de poder político ou econômico existente em determinado país”.

As instituições políticas e econômicas existentes, às vezes moldadas por um longo processo de diferenciação institucional e outras vezes resultante de diferentes respostas a circunstâncias críticas anteriores, representam a bigorna sobre a qual as futuras mudanças serão forjadas. São Tomé e Príncipe não possui um histórico de civilização pré-colonial por isso, iniciaremos pelos primeiros momentos da colonização.

As duas fases se caracterizaram por processos e intervenções distintas dos portugueses, Seibert (2002, p. 32) afirma que:

“A primeira colonização no século XVI criou características que determinaram pontos comuns entre São Tomé e Príncipe e as pequenas sociedades afro-caraíbas, enquanto a segunda colonização, no século XIX, resultou tanto em continuidades como mudanças estruturais que têm sido importantes para desenvolvimentos locais mais recentes”.

Na primeira colonização, durante o ciclo de produção de cana-de-açúcar, os colonos europeus estabeleceram organização que permitia aos escravos produzir, além do açúcar, mas também outras culturas indispensáveis à sua subsistência, às necessidades dos europeus e ao abastecimento dos navios negreiros que escalavam o arquipélago para carregamento de açúcar e de escravos/mercadoria, (Menezes, 2012, p.175).

Embora a desigualdade social e a escravatura social eram incontestáveis, na altura, havia alguma interação social entre os entre as diversas classes. Contudo, para salvaguardar o monopólio do poder político Português, os africanos não podiam restabelecer a sua organização social e econômica nem as suas instituições políticas e religiosas no novo território, (Seibert, 2015, p. 103). E lhes eram impostos limites culturais, econômicos e sociais, entendida como ameaça ao regime autoritário instalado.

Mesmo perante a falta de brancos para cargos públicos, em meados de 1528, os mestiços tinham direitos limitados para exercer funções na administração local. Em 1546, a coroa portuguesa concedeu aos mestiços o pleno direito de ocupar “*ofícios camarários*” e servir na milícia. Essas pessoas foram alfabetizadas pelos membros mais letrados do clero local. Candidatos a ofícios eclesiásticos também foram formados em Lisboa, e, a partir do século XVII, em Salvador, Bahia. Nessa fase da formação da sociedade colonial, os mestiços rivalizaram com os brancos e, por outro lado, tentaram impedir a ascensão social dos negros forros. Formou-se uma elite local constituída por europeus residentes, mestiços e negros livres. Essas categorias traficaram escravos, detiveram escravos e terras, ocuparam cargos seculares e religiosos e obtiveram patentes militares (Nascimento, 2008 *apud* Seibert, 2015, p.105).

Ressaltar ainda que, mesmo em um regime autoritário, devendo-se à distância com Portugal e a própria dinâmica de uma sociedade colonial híbrida – diversos grupos sociais – num espaço insular, durante os séculos XVI a XVIII, a hierarquia política e social no arquipélago foi frequentemente contestada. São Tomé foi marcado por instabilidade política

causada pelos muitos conflitos entre governador, câmara municipal e bispo. Outras disputas envolveram funcionários reinóis¹¹ e oficiais crioulos. Além disso, houve desentendimentos entre fazendeiros, que dominaram a câmara municipal, e dentro do clero. No século XVIII, o cônego Manuel do Rosário Pinto (1669–1738), um negro forro, confrontou-se com clérigos mestiços que discriminaram sacerdotes negros. O clima de disputas pelo poder político, cargos institucionais ou vantagens econômicas era uma constante (Seibert, 2014, p.107).

Ainda nessa fase de colonização houve interregno entre Portugal e São Tomé e Príncipe, decorrente da perda de relevância econômica no arquipélago e de vários outros fatores que Meneses sintetiza:

Em 1512 um incêndio reduziu a cinzas a única povoação que havia em São Tomé; após ele a desordem e a miséria, em que debatiam os habitantes, originaram a revolta da fome precursora da primeira zanga que havia de rebentar, em 1517, entre pretos e mulatos, assim como a revolta da família Lobato, tendo causando incalculáveis prejuízos à economia nascente. Em 1550, os “angolares” [...] atacaram e trucidaram muitos proprietários e colonos, obrigando muitos desses colonos a transferir-se para o Brasil. Em 1567 é a vez dos corsários franceses atacarem e saquearem a cidade de São Tomé e em 1574 vários engenhos de açúcar foram novamente atacados e destruídos pelos “angolares”. Um violento ciclone, em 1585, destruiu, na sua passagem, quase completamente os edifícios da ilha de São Tomé e, pelos meados do século XVIII, um outro incêndio arrasava a maior parte da ilha do Príncipe. Em 1600, foi a vez de os holandeses invadirem, saquearem e devastarem a cidade. Por essa mesma altura, verificou-se a revolta dos indígenas chefiados pelo negro Amador que se intitulou Rei de São Tomé, o que conduziu à paralisia das atividades econômicas e levou muitos colonos a fugirem para o Brasil. O rei Amador chegou a dominar 2/3 da ilha de São Tomé. Em 1641 a ilha de São Tomé é novamente conquistada pelos holandeses que arrasam um grande número de engenhos de açúcar. Os angolares mais uma vez atacam os engenhos e desta vez com o objetivo de provocar instabilidade e roubar as mulheres. Em 1707 verificou-se mais um assalto dos franceses (cf. Menezes 2003).

Neste período de interregno de quase duzentos anos, surge um novo homem (alforriados e livres) que passa a constituir-se proprietário de terras e bens nas ilhas no período pós-produção de cana-de-açúcar e dominaram a economia e a política em São Tomé e Príncipe. É este subgrupo (os forros) que passa a assegurar as operações europeias, até à década de 1840. Nesse período, São Tomé e Príncipe estava mais ligado ao Brasil e ao Golfo da Guiné, enquanto

¹¹ Antigos natural do reino.

as ligações com Lisboa eram escassas, (Seibert, 2015, p 108). Este interregno, e a diminuição de exploração criam espaço para o desenvolvimento institucional menos extrativistas. Mas antes que ela se torna inclusiva, o arquipélago é confrontado com a segunda fase da colonização ou “recolonização”.

A segunda fase da colonização, corresponde efetivamente a “*exploração*”, referente “a *plantation*”, ciclo de plantação de café e cacau, introduzido por homens de negócios provenientes do Brasil. Muitos proprietários forros foram sucessivamente expropriados e politicamente marginalizados pelos portugueses que implantaram as Sociedades Agrícolas. Os mecanismos de implantação da segunda colonização não foram pacíficos. Esta fase de colonização ou “recolonização” no século XIX, resultou em mudanças estruturas consideráveis na hierarquia social e política no arquipélago, que marcaram tanto a sociedade local contemporânea como o desenvolvimento (Seibert, 2015, p.108).

Para se estabelecerem como grandes proprietários de café e de cacau, e monopólio de produção, foram restringidas a participação dos cidadãos estabelecendo instituições extrativistas, moldando comportamento da sociedade são-tomense, como abortado por Menezes (2012, p. 178), tratou-se de caso típico da colonização europeia, caracterizada pela exploração brutal, mas também, de uma visão do mundo, de valores, da religião, imposição da língua, uma violência simbólica, marcada por uma ideia valorativa de superioridade europeia, em oposição a uma inferioridade e incapacidade dos povos autóctones. Em que foram utilizando todos os meios possíveis de repressão, que de acordo com Menezes (2012, p 170) e Seibert (2015, p. 100-112), passamos a mencionar:

- expropriação dos proprietários aos nativos (negros e mestiços), por meio de fraude e/ou violência,
- marginalização das classes proprietárias existentes, a subalternização econômica e social dos forros (nativos e mestiços) na sequência da expropriação das suas terras foi agravada pela crescente discriminação racial pelos europeus.
- o associativismo social e os jornais foram proibidos pelo regime colonial.

Conduas e restrições coincidentes com as características que os autores Acemoglu e Robison (2012) mencionam como sendo das instituições extrativistas. A cultura e sociedade homogênea são-tomense que se formava, era obrigada a se moldar a essas instituições

estabelecidas pelos colonos, o que a tornou altamente estratificada em termos socioeconômicos. A expropriação de terras, e pressões “assimilacionistas¹²” leva os forros instruídos favorecer culturas portuguesas (línguas e ideologias). Muitos proibiam aos seus filhos, por exemplo, a falar o forro, achavam que “*o apego a cultura dominada forra*” podia prejudicar sua ascensão social, mas ao mesmo tempo, acumulando ressentimento por uma subalternização que consideravam injustas. É nesses moldes, configuração de comportamento, de estratificação social, cultural e econômica, de instituições formais e informais que nasce o Estado e a nação de STP, pós-independência em 1975.

3.3. Independências em 12/07/1975

A Independência de STP é associada ao símbolo de libertação do jugo colonial e da conquista da liberdade e autonomia plena, cuja aspiração do povo era por uma ruptura significativa com as instituições estabelecidas no tempo colonial. Não havia dúvida de que essa vontade era partilha por todos são-tomenses na época. Mas a participação na construção do Estado e a distribuição do poder, não se pode dizer que foi igualmente partilhada por todas as classes sociais.

Os acordos da independência do país tiveram a particularidade de se concretizar fora das ilhas, após contatos e negociações diplomáticas entre Portugal e membros do MLSTP, o movimento político que representava a Nação nos anos setenta. Em 26 de novembro de 1974, em Argel, é assinado um acordo de transferência do poder entre Governo Português e o MLSTP, em que resultou no governo de transição chefiado por Leonel Mário d’Alva. Governo este que era composto por portugueses e são-tomenses, que posteriormente transfere o poder ao novo Governo, em 12 de julho de 1975. Com isso, a participação das camadas populares fica reduzida a uma mera atuação nas comemorações da Independência em 12 de julho de 1975 (Berthet, 2016, p.963), na atual praça da independência. Desta forma, STP se torna formalmente independente de Portugal e faz opção por um regime monopartidário em que o MLSTP era a única organização política reconhecida pelo Governo português - representação partidária formado por elites mais instruídas¹³ que, por intenção ou/não, deixa de fora todas as outras classes sociais na participação da política.

¹² Assimilação de novas culturas nacionais, termo usado por alguns historiadores são-tomense.

¹³ A maioria eram recém-formados que estavam de regresso ao país, o secretário geral do MLSTP, por exemplo havia regressado recentemente da Alemanha da sua formação em economia.

Dois meses depois da independência, no calor das comemorações da recém-liberdade conquistada, Manuel Pinto da Costa, líder do partido MLSTP o então presidente da República, pronunciou em um discurso de 30/09/1975, a nacionalização das roças. Isso significava a desapropriação das terras, dos seus atuais donos (proprietários coloniais) e a posse do Estado as estruturas coloniais de produção, inclusive as antigas instituições.

Em 1978, o Estado são-tomense transformou as roças em 22 empresas agrícolas, sendo este número reduzido posteriormente a 15 empresas¹⁴. A reorganização das roças em empresas agrícolas levou a consolidação de cargos que já existiam no final do tempo colonial, mas que passaram a ser definidos com outros nomes. Por exemplo, o administrador de roça passou a ser chamado de diretor de empresa. A maioria desses cargos de mais responsabilidade passou a ser ocupada por membros do MLSTP, enquanto capatazes e outros empregados ocupavam funções mais administrativas ou técnicas e que foram mantidos nos seus postos. Ou seja, não houve uma renovação significativa dos empregados, que já ocupavam esses cargos na véspera da independência.

Na reorganização das roças não se procedeu as reformas institucionais muito distintas das anteriores. Por sua vez, os trabalhadores agrícolas de roças permaneciam como mão de obra, não houve mudanças de condições de trabalho suficiente para aumentar incentivos ao empenho profissional. As empresas agrícolas mantiveram as principais características da organização de trabalho planejada nas roças coloniais e a população da classe social inferior mantiveram em “status de dependente”.

A primeira reestruturação feita pelo Estado pós-independência, inclusive a nacionalização das roças não ampliou a participação econômica e inclusão dos agentes econômicos, a estrutura colonial ficou visivelmente presente na nova arquitetura estabelecida. Não foi introduzida a reforma agrária – privatização de distribuição de terras – para o desenvolvimento gradual do setor produtivo nem diversificação e a democratização da produção.

Não foi por falta de vontade dos atores políticos na época, uma vez que essas vontades foram manifestadas mesmo dentro do Comitê de Libertação de São Tomé e Príncipe

¹⁴ Maino (2004, apud Berthert, 2016, p. 971) afirma que havia em 1979 cerca de 14.600 trabalhadores agrícolas morando nas roças de São Tomé e Príncipe, 10.840 em 1983 e 7.742 em 1991. Existem diversas controvérsias em relação aos dados (hectares e número de trabalhadores). A minha intenção é aqui dar uma ideia aproximativa desse mundo rural em números.

– CLSTP, como afirma Seibert (2001, p. 76), “nos primeiros movimentos, já se apelavam à reforma agrária, ao desenvolvimento gradual e planificação, ao fim da monocultura e à mecanização da agricultura.”. Pode ser que os membros políticos tinham intenções de proporcionar o bem-estar da população e melhorias da nação. A verdade é que as Roças eram, fator estratégico para financiamento das autoridades políticas, e lógico o melhor meio de financiamento da afirmação e instalação do Partido Único, que implantou nelas os seus comitês com os seus responsáveis a ocupar lugares de destaque na gestão econômica das empresas sem qualquer perfil (CEITA *apud* Berthet, 2016, p. 971), de critério profissional.

Além de manter a estrutura organizacional das empresas agrícolas, o governo manteve também foco produtivo na monocultura de cacau, cujo slogan era “*aumentar a produção*”. Para aumentar a produção o governo entre outras medidas, (como mobilização de todos os funcionários públicos), instituiu o dia 3 de fevereiro 1976 como “dia do trabalho da militância”. Mobilizando todos, trabalhadores, moradores dos centros urbanos, moradores das roças, “*todos*¹⁵”, são chamados a participar condicionando o sucesso da produção agrícola. Os carros e caminhões eram disponibilizados para os deslocamentos das pessoas, que trabalhavam que residiam na cidade capital (nos escritórios, repartições, oficinas da cidade), e que eram levados para as roças com a finalidade de que eles participassem das diversas tarefas agrícolas. As campanhas de trabalhos cívicos e voluntários começaram por volta de outubro de 1975 e permaneceram durante cinco anos até meados de 1980.

Berthet (2016, p. 974 -975), em seu trabalho “São Tomé e Príncipe: Reflexões sobre alguns aspectos de sua história agrícola no pós-independência”, publicação de 2016, entrevista um funcionário público da época questiona o seguinte:

“Quaresma, como eram organizados os trabalhos voluntários e cívicos dentro dos serviços públicos? E ele respondeu: Foi depois da independência de 1975 a 1983 com os funcionários do Estado. Havia slogan de aumento da produção e da produtividade para desenvolver o país. Os trabalhadores da administração pública numa segunda, terça, quarta-feira iam nas roças trabalhar. Tinha muito café em Monte Café. Todos os trabalhadores da comunicação social iam partir cacau. Havia um comitê político em cada serviço, e tinha uma ligação com partido no poder. Participar dos trabalhos era obrigatório, quem não fosse apanhava falta. A 3ª falta, já seria vigiado. Membros do governo, até o Presidente da República, participaram desses trabalhos. Teve bons

¹⁵ Toda a população com ou sem ocupação profissional, incluído funcionários públicos.

efeitos. Mas as pessoas não sabiam tirar bem o cacau das árvores e assim penetrava a doença em árvores boas de cacau. ”

A observação dessa entrevista feita a quem viveu à época, leva-nos, a deduzir que os funcionários não estavam incentivados para participar dos trabalhos e se sentiam obrigados a participar das tarefas agrícolas, sendo ou não profissionais da areia. A falta de incentivos da época era cada dia maior em todos os níveis, pois a população civil questionava a distribuição de oportunidades e a legitimidade dos representantes no poder.

A composição das elites políticas teve um papel importante na construção do Estado nacional. São elas que, com a proclamação da respectiva independência, assumiram a grande responsabilidade para o processo de reconstrução nacional. O fenômeno de estratificação sócio econômica, impactava de sobremaneira os moldes da formação da identidade são-tomense e acabaram por ter implicações pouco abonatórias no ponto de partida da construção do Estado, (Menezes, 2012, p 190). A formação e diversificação da gênese da elite é fundamental para a definição ou redefinição da ideologia institucional (política, cultural e econômica), e construção de estratégia de controlo de poder político real, assim como do poder econômico. Embora as aspirações da nação que se formará eram de constituição de um Estado democrático e participativo como afirma Menezes (2012, p. 187):

“(...) na acta das sessões da 1ª Assembleia constituinte da 1ª Legislatura são-tomense pode-se ler o seguinte: A eleição a 7 e 8 de julho de 1975, de forma democrática, da Assembleia representativa do povo, com poderes constituintes e inserida em lugar cimeiro de entre os órgãos do poder do Estado era prova inequívoca de que a aspiração do povo era um regime verdadeiramente democrático (...)”.

O que se viveu no país foi a formação de estado autoritário, por vezes denominado de onipresente em toda a esfera social controlando a distribuição de bens materiais e dos privilégios políticos. Araújo (2000, p 107.), refere que neste período, o Estado nada fez para o melhoramento da gestão de bens públicos, nem para o controlo do clientelismo político entre os militantes do partido.

A estrutura institucional criada visava o fortalecimento do Poder do Estado. Uma forte característica o extrativismo, conforme argumento dos autores Acemoglu e Robinson (2012). A preocupação com o fortalecimento do poder se colocava acima do interesse da nação, evitando e reprimindo tudo e a todos que pudessem em causa de tais interesses. Sobre isso Bonfim (2000, p. 86) afirma que durante este período:

“(...) o radicalismo político segundo o qual ‘quem não está comigo está contra mim’ abateu sobre um número de quadros que sem propósitos de intervenção política comprometida sentiram-se marginalizados e em insegurança, restando-lhes como saída a emigração ou a exposição aos riscos” [ou ainda a passividade e descomprometimento em relação a causa pública]. O radicalismo político se justifica, para garantia de concentração do poder nas mãos de uma pequena elite (...).

Muitos aspetos de interesse nacional foram colocados de lado, o sentimento de identidade nacional – o sonho de pertença a pátria e de garantias de direitos – tão almejado para a vida econômica dos agentes e população foi outra vez adiado. O favorecimento econômico dos atores se dava pelo clientelismo político. Neste período, através do clientelismo os militantes do partido tudo fizeram para conseguirem o melhor posicionamento na função pública, para melhor controlo do bem público. Logo após a independência de STP os conflitos internos baseados em conspirações no seio do MLSTP conduziram-no a várias dissidências internas e clivagens na elite política (Araújo, 2000, p.107-108). O controlo de produção era feito pelo estado e os detentores do poder se beneficiavam dele em função da melhor posição política - motivo de diversos conflitos internos do MLSTP. Cardoso (2008, p. 86) menciona que, neste período a cúpula do MLSTP enfrenta uma luta interna com o intuito de obtenção de posições políticas de destaque, para melhor posicionamento no aparelho de Estado.

A necessidade de controle total pelo Estado, proporcionando instituições extrativistas se torna uma dinâmica natural, no contrário a emergência de instituições políticas inclusivas. Instituições econômicas inclusivas também tendem a reduzir os benefícios desfrutados pelas elites ao derrubar as instituições políticas extrativistas, graças à concorrência no mercado e às restrições que as submetem aos contratos e direitos de propriedade do restante da sociedade (Acemoglu & Robinson, 2012, p. 87). Por outro lado, os quadros técnicos intermédios e a população viviam ao “*bila cába*¹⁶” em ambiente de crescente desigualdade e repartida privação econômicas, cujo o clímax ocorreu com a seca de 1983-1984. Nesta data acresce o questionamento a legitimidade do Estado, ao nível interno e externo do país, a dificuldades econômicas que o país começou a enfrentar – limita opções do poder, restando, assim, a opção de abertura para novas políticas e afirmação formal de um regime democrático, multipartidário, como veremos na próxima subsecção.

¹⁶ Crioulo forro, língua nativa da ilha de São Tome, significado: desenrascavam a vida como podiam.

3.4. Democratização (período de 1990 - 2017)

A fragilidade econômica interna, a crise econômica e a perda de legitimidade, mencionados na secção anterior, e o contexto internacional – redução significativa das ajudas vindas dos países socialistas, devendo-se as dificuldades que viviam na época – cria espaço para afirmação formal da democracia e constituição de um regime semipresidencialista, com a realização das eleições livres e democráticas em 1991. No momento da transição para a democracia em STP, renasce o sonho de participação, inclusão social e pertença, desenvolvimento de instituições democráticas, acesso à infraestrutura básicas e educação e garantias do direito de propriedade, para o desenvolvimento do país. Mas será que esses objetivos foram alcançados? Ou continuam sendo somente no anseio e sonho nacionais?

O processo de democratização do regime político teve início em outubro de 1983, os membros do MLSTP foram novamente definido como a frente de negociações, nomeadamente, Manuel Pinto da Costa (Presidente da República e líder do partido MLSTP), e membros do governo, na reorientação da diplomacia do país e intensificação das relações com o Ocidente, na tentativa com conseguir apoio internacional, doados e parceiros econômicos, com as suas novas políticas de multipartidarismo político e a liberalização econômica. Em janeiro de 1984, o governo assinou um acordo com o Banco Mundial e o FMI para a reabilitação de plantações de cacau por meio de administração estrangeira financiada por meio de créditos multilaterais. Ao mesmo tempo, iniciou uma liberalização gradual da economia. Em julho daquele ano, Pinto da Costa admitiu pela primeira vez publicamente que as políticas do regime nem sempre responderam às realidades do país, (Seibert, 2009, *tradução do autor*). No ano seguinte, Pinto da Costa iniciou um processo de reconciliação com os nacionais exilados¹⁷. Em dezembro de 1989, o MLSTP realizou uma Conferência Nacional, a primeira na África, que aprovou inesperadamente a introdução da democracia multipartidária. O processo de mudança política, foi acelerado por pressões externas, como a queda do Muro de Berlim. A sua dinâmica e rapidez do processo superou as expectativas, três dias após a Conferência Nacional foi formado o Grupo de Reflexão – GR, primeiro grupo de oposição, que incluía ex-líderes da Associação Cívica dos Nacionais Contra o Regime Colonial. Em maio de 1990, Miguel Trovoada, o antigo primeiro ministro, que chegou a ser preso opôs divergências com o Presidente da República Manuel Pinto da Costa e foi exilado em Paris, retornou triunfalmente e declarou sua candidatura para as eleições presidenciais. Em agosto daquele ano (1990), a nova

¹⁷ Alguma individualidade, que por divergências políticas ou por ideologia, se tornaram oponentes do regime do socialista exilados em Lisboa, Paris etc.

Constituição democrática, baseada no sistema semipresidencialista Português, foi ratificada através de um referendo popular. Durante um congresso em outubro, o MLSTP tornou-se o Partido Social Democrata, MLSTP / PSD. O ex-ministro Carlos Graça foi eleito líder do partido renovado. Logo depois, o GR tornou-se o Partido da Convergência Democrática (PCDGR), que apoiou a candidatura de Miguel Trovoada às eleições presidenciais. O processo de transição do regime concluiu-se com a realização de eleições presidenciais, livres e democráticas, em que o único candidato à Presidência da República, Miguel dos Anjos da Cunha Lisboa Trovoada, é eleito no dia 3 de março de 1991, como o primeiro presidente em novo regime.

A participação da população para na transição do regime autoritário para o regime democrático ficou registrado em seu mais alto grau participativo, no momento das eleições - em que o povo é chamado a votar – esse momento se firmaria um dos poucos (se não único) momento em que os cidadãos são chamados a participar dos processos políticos do país, ou seja, o único momento de participação é a “participação eleitoral”.

Embora a liberalização política tenha resultado em uma transição democrática, a reforma econômica não deu os resultados esperados. A reforma econômica marcada pelo ajustamento estrutural acordado com FMI e o Banco Mundial, manteve a estrutura da economia de plantação. No Plano de Ajustamento Estrutural era apresentada como uma solução valorizando a iniciativa individual e dos antigos trabalhadores - imigrantes, herdeiros legítimos - que tinham trabalhado durante décadas nas terras de cacau e, até então, não tinham recebido nenhum tipo de compensação ou reconhecimento. O Estado decidia pelo desmantelamento das empresas agrícolas, principalmente por conta das pressões políticas externas. Na tentativa de construir uma nova estrutura agrícola e mais moderna.

“(…) a reforma agrária visa à transformação radical das relações de produção até então existentes para dar lugar à criação de um homem novo numa sociedade baseada no progresso e na justiça social. Tornou-se, portanto imperiosa a aplicação de uma política agrária susceptível de modificar as estruturas caducas e de incrementar a produção agrícola mediante o emprego de uma técnica moderna e de equipamento mais eficientes e adequados de forma a permitir a melhoria das condições de vida das massas trabalhadoras” (História oficial da RDSTP, 1985, apud Berthet p. 979).

Mas a efetivação desse processo nunca ficou concluído, não foram criadas estruturas em promoção de grandes incentivos, a inovação, mecanização e diversificação da economia necessárias para a sustentabilidade do processo. Com a reforma agrária, de 1993 a

2003, foram distribuídos hectares¹⁸ para 8.735 beneficiários, uma média de 3,2 hectares por concessionária. Mas os pequenos agricultores eram confrontados com muitos problemas, como a falta de serviços de apoio materiais, transporte e de crédito. Alguns deles persistiram e outros abandonaram suas terras e migraram para a cidade. Nos anos noventa, morar numa Roça continuou a ser associado a uma situação de desprivilegio e por falta de oportunidades, energia elétrica, estradas de acesso, a educação. Algumas infraestruturas já eram precárias porque se destinavam aos serviços contratados, e outras, estavam em degradação por conta da redução das atividades ou encerramento das empresas agrícolas.

Os objetivos de reforma era aumentar a produção e diversificação dos produtos agrícolas, com a concessão provisória de terra¹⁹, aos agricultores, pois eles eram orientados a cultivar outros produtos – como: “matabala”, banana, batata, mandioca, ananás, etc. – agrícolas na tentativa de reduzir a importação dos alimentos. Embora tenha se registrado aumento de produção dos produtos de consumo alimentar interno após a distribuição de terras, a importação de bens alimentares apresenta nos dias atuais mais de 20% do total das importações, como vimos na segunda seção.

Ao nível política o sistema passou a ser mais democrático, as eleições se fizeram livres e justas como novas regras da constituição democrática. Mas por outro lado, é o antigo primeiro ministro que tem a oportunidade de apresentar-se como o único candidato e é eleito o novo Presidente da República. Pode ser que esta frase apresente uma visão relacional totalmente “*espúria*”. Mas também não se pode afirmar que essa oportunidade participativa foi ampla, – características importantes das instituições inclusivas – às classes sociais inferiores – os trabalhadores das roças – continuam ausentes dos processos e da orientação política do país. Mudou-se o regime, mas manteve-se muitos anteriores atores políticos e suas antigas divergências. E com eles a dinâmica do uso do poder em favorecimentos pessoais – apropriação de bens de estado e proteção aos aliados. Seibert (2002, p. 203), aponta os múltiplos casos de favoritismos e ações da rede “clientelar”, como desvios e utilização abusiva de “fundos de contrapartidas GGA” com envolvimento de políticos, comerciantes e funcionários públicos. Trata-se o caso conhecido de corrupção e desvio de fundos do Gabinete de Gestão de Ajudas – GGA, envolvendo altos nomes do membro de governo, referente a atividade deste gabinete entre 2001 e 2003. “*Um relatório do Ministério Público, com base numa auditoria às contas do GGA, cita nomes de vários governantes do país, que teriam sido beneficiados com avultadas*

¹⁸ É uma unidade de medida de área equivalente a 100 (cem) ares ou a 10 000 (dez mil) metros quadrados.

¹⁹ Era concedido pelo Estado aos trabalhadores o título de concessão da área parcial de plantação.

somas em dinheiro através da emissão de faturas falsas” (Agência LUSA, 2004). O aparelho do estado é continuamente usado para extração de bens público e favoritismo próprio, desta vez de forma mais sofisticada e sem recurso à força bruta.

A abertura de regime ao multipartidarismo, proveniente da constituição do 1990, concretamente na sua readequação de 2003, citando promoção “(...) à participação de outras forças politicamente organizadas, com vista ao aprofundamento da democracia, em prol da modernidade (...)” (preâmbulo da Constituição), cujo objetivo consistiu em garantir a independência e a unidade nacionais, mediante a construção de um Estado Democrático (artigo 1º da Constituição da República 2003), não está servindo corretamente a nação, ou em vez disso, tem sido desviado para outros fins. O que verifica, é o aumento do grupo de interesse, competição entre os políticos para melhorar os seus rendimentos pessoais, beneficiar os seus amigos, familiares e elementos do partido. E junto com isso fragmentação dos poderes e ilegitimidade do estado e instabilidades políticas.

3.4.1. Instabilidade Política em São Tome Príncipe

De acordo com a lei eleitoral de nº 11/1990, o território de STP é organizado em 7 círculos eleitorais: Água Grande e Mé-Zóchi, Cantagalo, Caué, Lembá, Lobata, e a Região Autônoma do Príncipe. As eleições para deputados se baseiam em listas eleitorais definidas por cada partido político, em que os primeiros nomes das listas de cada partido são definidos pelas direções partidárias. Para governar cada partido, precisa vencer a eleição – ter maior número de deputados eleitos – e para manter sustentabilidade no parlamentar o governo precisa ter mais do que 50% dos 55 assentos parlamentares ao seu favor na Assembleia, (recorrendo muitas vezes a negociações e uniões partidárias com outras forças políticas com assentos). O partido mais votado – com maior número de deputados eleitos - é convidado pelo Presidente da República a formar o governo, mas o PR pode não concordar com a indicação dos membros do governo e solicitar a apresentação de uma nova lista. Neste processo, caso o partido eleito não tenha a maioria parlamentar, ele precisa negociar a sustentabilidade parlamentar do seu mandato com outra força política, e ainda superar o alinhamento das suas políticas e relações com as do PR. Ou seja, para garantir a sustentabilidade governativa não basta vencer as eleições, é preciso conseguir a coalização em entre os três órgãos – PR, Governo e Assembleia Nacional. A forma como esse processo é instrumentalizado pelos partidos políticos e pelos atores políticos provoca uma rotatividade governativa e de instabilidade política, o que

potencializa negociatas partidárias internas e instabilidade política e consequentemente, fragilidade das instituições políticas.

Quadro 2- Apresentação dos Governos em STP, de 1991-2017.

Primeiro Ministro e chefe de governo	Início do Mandato	Fim do Mandato	Tempo médio no governo (em ano)	Tipo de mandato (eleito ou não eleito)	Partido
Daniel Daio	Fev./1991	Mai/1992	0,3	Eleito com 33 deputados	PCD/GR
Norberto Costa Alegre	Mai/1992	Julho/1994	2,2	Substitui o Gov. anterior	PCD/GR
Evaristo Carvalho	Julho/1994	Out./1994	0,3	Não eleito	ADI
Carlos Graça	Out./1994	Dez./1995	1,2	Eleito com 27 deputados	MLSTP/PSD
Armindo V. de Almeida	Dez./1995	Nov./1996	0,9	Substitui o Gov. anterior	MLSTP/PSD
Raul Bragança Neto	Nov./1996	Jan./1999	2,2	Substitui o Gov. anterior	MLSTP/PSD
Guilherme P. da Gosta	Jan./1999	Set./2001	2,7	Eleito com 31 deputados	MLSTP/PSD
Evaristo Carvalho	Set./2001	Março/2002	0,3	Não eleito	ADI
Gabriel Costa	Março/2002	Out./2002	0,6	Eleito com 24 deputados	MLSTP/PSD
Maria das Neves	Out./2002	Set./2004	1,9	Substitui o Gov. anterior	MLSTP/PSD
Damião V.de Almeida	Set./2004	Jun./2005	0,8	Substitui o Gov. anterior	MLSTP/PSD
Maria de C. Silveira	Jun./2005	Abril/2006	0,8	Substitui o Gov. anterior	MLSTP/PSD
Tomé Vera Cruz	Abr./2006	Fev./2008	1,8	Eleito com 23 deputados	MLSTP/PSD, PCD
Patrice Trovoada	Fev./2008	Jun./2008	0,3	Substitui o Gov. anterior	ADI
Joaquim Rafael Branco	Jun./2008	Agosto./2010	2,2	Substitui o Gov. anterior	MLSTP/PSD, PCD
Patrice Trovoada	Agosto/2010	Dez./2012	2,3	Eleito com 26 deputados	ADI
Gabriel Costa	Dez./2012	Out./2014	1,8	Não eleito	UDD,PCD,MLSTP,MDFM
Patrice Trovoada	Out./2014	No mandato		Eleito com 33 deputados	ADI

Fonte: Elaboração do autor a partir da Wikipédia, enciclopédia livre e dados da Assembleia Nacional STP, 2018.

Como podemos verificar no Quadro 2, a instabilidade marca de tal forma o dia a dia político do país, nenhum governo terminou o seu mandato e executa a vontade do povo expressa nas urnas. A maioria dos governos tiveram menos de dois anos de efetividade, o que impossibilita, que esses governos consigam centralidade do Estado para implementação das políticas. Centralidade no grau mínimo necessária, de modo que o poder político, além de pluralista, tenha a capacidade de estabelecer a lei e a ordem que são fundamentais ao direito de propriedade, os mínimos básicos à população, possibilitando a igualdade de oportunidades (Acemoglu e Robinson, 2012).

Mais uma vez, a prestação de governos em promoção das instituições e alternativas construtivas e viáveis, desenvolvimentos de instituições democráticas e autonomia de Estado é relegado ao segundo plano e não encontra espaço favorável, ou seja, embora, desde as lutas anticoloniais, o objetivo político e social se diz, a inclusão, estruturação dinâmica que passe a conceber e implementar as grandes reformas do sistema econômico, social, promoção do direito de propriedade e incentivos a inovação, não houve efetivação desses objetivos ao longo da história do país até presente. E a promoção destes objetivos, não são encarados como primordial ou são tratados com indiferença, uma vez que não são diretamente vantajosas para as instituições extrativistas.

Isso leva a outro problema, principalmente em um regime democrático, a debilidade das instituições políticas e, concretamente, do Estado, que oscila entre a ineficácia e o ressentimento da memória histórica – a percepção de que no Governo o detentor do poder (político), e o beneficiário e canalizador de bens público as suas benesses – o que cria esvaziamento de incentivo nacional a todos os níveis da sociedade. Isso reduz também a centralidade do estado, pois não basta que elas sejam pluralistas e também importante a capacidade centralizada de implementação das suas ações dentro de território nacional.

Por outro lado, a recondução dos desempenhos burocráticos ao rigor e à regulação social de condutas sociais, segundo modelos institucionalmente independentes é constatada a dificuldade de autonomia do aparelho da justiça. Como por exemplo, o poder judicial, há inexistência de poder judicial totalmente independente. Pois percebe-se que há interferência do Estado (atores políticos) nos aparelhos judiciais, seja por razões “*clientelísticas*” seja devido ao percurso histórico de seu desenvolvimento não o tornou fortemente independente pós-colonização.

No final, essas são as resultantes da trajetória do desenvolvimento do país, as marcas das antigas instituições políticas e econômica são operativas. Mais do que heranças culturais, apresentam forte relevância nas evoluções políticas e econômicas atuais (Acemoglu & Robinson, 2012), são legados que compõem a identidade política econômica local, assombra sonhos cristalizados dos cidadãos são-tomenses.

3.5. Desenvolvimento em STP: evidências do cenário contemporâneo

Nesta secção, o foco vai para a análise dos indicadores associados ao desenvolvimento institucional político e econômico de São Tomé e Príncipe, inclui-se nesta

análise o subgrupo de Pequenos Estados Insulares – PEI, particularmente com a população entre 100 mil a 600 mil, com objetivo de explorar evidências da relação do desenvolvimento contemporâneo com a trajetória institucional, partindo do princípio de que o modelo de colonização molda a trajetória institucional. Os dados utilizados correspondem ao período de 1996–2016, (com exceção de alguns dados que não estão disponíveis) e foram coletados em 15 de abril de 2018, nas bases de dados das organizações internacionais e nacionais, Banco Mundial, PNUD e Banco Central de São Tomé e Príncipe-BCSTP.

- PIB per capita: Indica a renda por população de cada país, os dados são em dólares americanos correntes.
- Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): Mede o desenvolvimento de uma região baseado em três fatores: educação, expectativa de vida e renda, varia de mínimo 0 (zero) fraco nível de desenvolvimento, e máximo 1(um) o mais alto nível desenvolvimento).
- GINI - O índice Gini mede o grau em que a distribuição da renda ou consumo entre indivíduos ou domicílios em uma economia se desvia de uma distribuição perfeitamente igual. Portanto, um índice Gini de 0 representa a igualdade perfeita, ao passo que um índice de 100 indica desigualdade perfeita.
- Índice de diversificação de atividade produtiva (relação ao principal produto de exportação): Mede a percentagem de dependência de exportação total em relação ao principal produto de exportação, varia de 0% (fraca dependência) a 100% (forte dependência), (produzido pelo autor do estudo).
- Estabilidade política: Mede a percepção do risco de um governo ser desestabilizado ou deposto por meios inconstitucionais ou violentos, incluindo violência politicamente motivada ou terrorismo, varia de -2,5 (fraca percepção estabilidade política) a 2,5 (forte percepção de estabilidade política).
- Estado de Direito: Mede a percepção da confiança que os agentes têm e o quanto eles respeitam as regras sociais, em especial a qualidade da execução dos contratos, os direitos de propriedade, a polícia e os tribunais, varia de -2,5 (fraca percepção) a 2,5 (forte percepção).

- **Controle de Corrupção:** Mede a percepção de quanto o poder público é exercido para ganhos particulares, quer sejam pequenas ou grandes manifestações de corrupção, assim como a parcela do Estado que é capturada pela elite e interesses privados, varia de -2,5 (fraca percepção) a 2,5 (forte percepção).
- **Voz e Responsabilização:** Mede a percepção de quanto o cidadão de participação na escolha de seu governo, bem como sua liberdade de expressão e associação, e a existência de uma imprensa livre, varia de -2,5 (fraca percepção) a 2,5 (forte percepção).

As análises dos indicadores serão feitas à luz da teoria em uso, na abordagem dos autores Acemoglu & Robinson (2012). É importante ressaltar que, os atores não trabalham exatamente com os indicadores mencionados na análise de desenvolvimento, mas por ausência de um outro índice que permita melhor análise, usa-se esses indicadores como um Proxy.

3.5.1. Análise dos indicadores associados ao desenvolvimento econômicos e políticos de São Tomé e Príncipe

Para a análise do desenvolvimento econômico de São Tomé e Príncipe, utiliza-se os seguintes indicadores: Índice de Desenvolvimento Humano - IDH; PIB per capita; Índice de GINI; Índice de Diversificação de atividade produtiva, em relação ao principal produto de exportação. Para análise da evolução política, utiliza-se os indicadores: Estabilidade política, Estado de direito, Controle de corrupção e Voz e responsabilização. Esses dados serão apresentados em dois quadros, sendo que no primeiro os indicadores associados ao desenvolvimento político institucional (Quadro 3), e em seguida indicadores associados ao desenvolvimento econômico (Quadro 4).

Quadro 3 – Indicadores associado ao desenvolvimento político institucional

Indicadores	1996	1998	2000	2002	2004	2006	2010	2014	2016
Estabilidade política	1,05	1,08	1,15	0,55	0,57	0,35	0,12	0,18	0,23
Estado de Direito	0,27	-0,20	-0,02	-0,42	-0,32	-0,49	-0,66	-0,79	-0,69
Controle de Corrupção	0,4	0,01	0,20	-0,07	-0,36	-0,29	-0,25	0,00	-0,06
Voz e Responsabilização	0,33	0,51	0,48	0,56	0,11	0,27	0,12	0,32	0,45

Fonte: Banco Mundial, 2018

O Quadro 3 apresenta indicadores selecionados para a análise do desenvolvimento político²⁰, os indicadores são referentes ao período de 1996-2016 (delimitação feita em função dos dados disponíveis). Na análise desses indicadores de um modo geral, constata-se que não há percepção de melhorias ao longo do período em análise. A Estabilidade Política apresenta um declínio nos últimos 20 (vinte) anos, o governo eleito democraticamente (um dos únicos momentos de ampla participação), não cumpre o seu mandato na efetividade e não implementa efetivamente seu plano de políticas. O Estado de Direito, também apresenta tendência de declínio nos últimos 20 anos, cujo o valor atual é de (-0,69), o que representa baixa percepção da confiança dos agentes sociais em relação a qualidade da execução dos contratos, os direitos de propriedade, a polícia e os tribunais.

O Controle da Corrupção embora com ligeira oscilação não apresentou melhorias, ou seja, não houve uma melhoria ao nível controle político para evitar que, bens do Estado que seja capturada pela elite e interesses pessoas, como evidenciado no “caso GGA” mencionado na acima, na secção 4.3. O indicador Voz e Responsabilização, também não apresenta melhorias significativas ao longo do tempo, mas se mantem acima da média o que pode estar relacionada com o fato das eleições se fazerem livres, e inexistências de opressões diretas as imprensas e liberdades de expressão.

Quadro 4 - Indicadores do desenvolvimento econômico

<i>Indicadores</i>	2000	2005	2008	2010	2012	2013	2014	2015	2016
<i>Varição do PIB per. (em USD)</i>	a)	a)	1126,5	1129,8	1380,9	1619,5	1824,2	1615,3	1714,7
<i>Índice de Desen. Humano (IDH)</i>	a)	0,654	a)	0,488	0,525	a)	0,555	0,574	a)
<i>Índice de GINI</i>	32,1	a)	a)	30,8	a)	a)	a)	a)	a)
<i>Índice de Diversificação de atividade produtiva (em relação ao cacau)</i>	91%	89%	90%	76%	84%	78%	89%	87%	83%

Fonte: BM, PNUD, BCSTP, 2018. a) dados Indisponível nas referidas datas.

Ao analisarmos o Quadro 4, dados referentes ao período de 2000-2016 (o período delimitado em função de dados disponíveis), constata-se que todos apresentam uma evolução tímida de melhorias ao longo do tempo e um nível de desenvolvimento econômico atual considerável abaixo da média mundial.

²⁰ Fazem parte dos WDI, Banco Mundial, para medir governança política.

O PIB per capita tem apresentado crescimento ao longo do tempo, ou seja, tem havido um aumento de rendimento total do país em relação ao número de população existente, mas o valor atual está abaixo do padrão ideal do desenvolvimento. Por outro lado, o IDH quando analisado ao longo do tempo, constata-se que esse indicador declina ainda que ligeiramente, cujo o valor mais atual de 2015 é de 0,574, o que coloca o país numa classificação feita pela PNUD, de desenvolvimento médio baixo, ou seja, pouco desenvolvido. Em relação ao GINI, embora ausência de dados mais recentes, constata-se que em 10 anos (2000-2010), não se verificou melhorias significativas, contudo o nível deste indicador (30,8), demonstra que não existe um nível elevado de diferenciação de rendas.

Ao analisar o índice de diversificação de atividade produtiva, constata-se que ao longo do tempo ele se manteve na ordem dos 80% o que representa uma forte dependência da exportação total em relação ao principal produto exportado (cacau), sendo o valor deste índice nos dias atuais (2017) de 83%, o que demonstra que a economia continua muito pouco diversificada.

A fraca diversificação demonstra que há reduzida participação dos agentes econômico na produção, fruto das instituições extrativistas que, não promovem ampla participação e incentivos comerciais aos agentes econômicos. Condições contrárias a estas são fruto de instituições econômica inclusivas que fomentam a atividade econômico e consequentemente a prosperidade (Acemoglu & Robinson, 2012, p 80).

Conclui-se que, houve pouco desenvolvimento político nos últimos 20 anos, e que nos dias atuais os indicadores indicam que ainda existem a fraca, legitimidade democrática, fiscalização social e participação dos cidadãos nas decisões relevantes do Estado. Fruto das instituições extrativistas, como afirma Acemoglu & Robinson, (2012, p 85), as instituições políticas inclusivas são promotoras da ampla *participação*²¹ de poder, enquanto as instituições extrativistas dispõem desses meios (uso do poder), que visa o próprio enriquecimento e o aumento do seu poder em detrimento da sociedade. Na análise dos indicadores de desenvolvimento econômico, conclui-se que o país não proporciona o bom nível de padrão de vida a sua população. “*Fornecendo aos habitantes boa renda e acesso a saúde, educação, serviços públicos e oportunidades econômicas e sociais*” (Acemoglu & Robinson, 2012).

²¹ Os autores (Acemoglu e Robinson, 2012) usam o termo distribuição.

A próxima subsecção apresenta uma análise de alguns indicadores de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe e outras economias insulares, explorando evidências do desenvolvimento deste subgrupo de países com a trajetória institucional.

3.5.2. Análise de indicadores de desenvolvimento: São Tomé e Príncipe e outras pequenas economias insulares

Os Pequenos Estados Insulares, como mencionado acima, apresentam características, que devem ser tratadas com especificidades quando relacionados a estratégia de desenvolvimento. Nesta secção faremos a análise dos indicadores de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe e outras economias insulares, na tentativa de explorar evidências do seu relacionamento com a trajetória institucional. Apresenta-se brevemente algumas das singularidades dos pequenos estados insulares que amplia o desafio destas economias na implementação de estratégia para o desenvolvimento, em seguida análise dos indicadores.

3.5.2.1. Singularidade das pequenas economias insulares

Não existe um consenso na definição e classificação dos PEI, porque o tamanho de um Estado, é um conceito relativo²². O relatório do Banco Mundial (BM, 2000), menciona que autores como o Simon Kuznets, usou um limite de 10 milhões de habitantes - usando esta medida, 134 economias foram "destacadas como pequenas". Outros indicadores, como o tamanho do território ou o PIB, às vezes são usados. Mas a população está altamente correlacionada com o tamanho do território, bem como com o PIB; portanto, o uso da população como indicador de tamanho ajuda a ressaltar os recursos limitados dos pequenos Estados.

Contudo, o indicador “tamanho populacional” não se esgota nele mesmo, porque do mesmo jeito, não há um significado especial na seleção de um determina do limiar de população para definir estados pequenos. A *Commonwealth*, em seu relatório de 2000, sobre os pequenos estados, usa um limite de 1,5 milhão de habitantes, mas também inclui países membros maiores (Jamaica, Lesoto, Namíbia e Papua Nova Guiné) porque compartilham muitas das mesmas características dos Pequenos Estados.

Por isso, conclui-se que nenhuma definição, seja população, tamanho geográfico ou PIB, não será provavelmente satisfatória na totalidade. Na prática, há um contínuo de características, com estados maiores em qualquer limite escolhido, compartilhando algumas ou todas as características dos países menores. Por conseguinte, nas seleções – dos pequenos

²² Que está associado a diversos outros fatores quando se trata de países.

estados - devem ser aplicadas, ao menos em algum grau, de proximidade e similaridade possível a todos esses países e territórios selecionados.

Usando um padrão de população países com a população entre 100 mil a 600 mil habitantes de países que variam em tamanho populacional, mas que tenham “*insularidade geográfica*”, que seja ilha ou arquipélago. Por estes critérios foram selecionados 16 Pequenos Estados Insulares. Ao delinear estas características comuns, também é importante reconhecer as restrições e oportunidades que eles enfrentam ao para desenvolvimento. Assim as opções de abordagens sobre o desenvolvimento terão de ser adaptadas às as especificidades das suas limitações.

Como já foi observado acima, a principal razão pela qual o pequeno tamanho pode ser desvantajoso é que restringe as oportunidades de diversificação que promove a eficiência através de competição doméstica. A sua capacidade limitada para explorar economias de escala ou para diversificar a produção em mercados domésticos pequenos não implica necessariamente menor renda per capita ou menor crescimento econômico. O afastamento e o isolamento de muitos estados pequenos, particularmente na África e no Pacífico, têm importantes implicações econômicas e administrativas. O isolamento significa que esses países estão longe dos principais centros de comércio e comércio. Torna-se mais difícil compensar as desvantagens do tamanho limitado e dos pequenos mercados domésticos, recorrendo aos mercados mundiais. Os custos de transporte tendem a ser altos, resultantes da distância desses países dos principais mercados de exportação e seus principais fornecedores de insumos.

A soberania dos Estados, implica a oferta de uma série de bens e serviços públicos. Estas incluem as funções centrais do governo, atividades regulatórias, administração tributária, provisão de educação, saúde e serviços sociais, um sistema judicial, relações externas e segurança. Na medida em que existem indivisibilidades na prestação de tais serviços públicos, os custos fixos devem ser espalhados entre a população. No setor privado, as empresas de países pequenos tendem a ser pequenas, tanto por padrões globais quanto em comparação com as empresas nos grandes países em desenvolvimento; o tamanho geralmente faz diferença na capacidade de uma empresa sobreviver e competir no mercado global. A capacidade institucional limitada do setor público tende a ser esticada em todos os estados pequenos, especialmente em países que possuem altos custos internos de transporte, especialmente nos países mais pobres de África ou ilhas amplamente dispersas no Pacífico.

Da mesma forma, as infraestruturas físicas relacionadas a esses serviços podem ser caras; normalmente, a maioria dos materiais são importadas e transportados em grandes distâncias. Os serviços governamentais e a extensão, e os sistemas jurídicos e financeiros não podem ser reproduzidos praticamente em vários locais separados, resultando em maior custo de acesso a eles por cidadãos não localizados nos principais centros.

O tamanho pequeno do país também significa que, para tentar limitar o tamanho do setor público dentro de limites razoáveis, as carteiras ministeriais devem ser multifacetadas, envolvendo uma variedade de setores e problemas e colocando encargos mais pesados para administradores e pessoal. Quando um indivíduo desempenha várias funções diferentes, há benefícios da integração de informações, mas também uma perda significativa de capacidade institucional quando os serviços desse indivíduo não estão mais disponíveis. A média salarial do setor público como proporção do PIB em pequenos estados (31 %) é significativamente maior do que nos grandes países em desenvolvimento (21 %). Esta alta parcela do setor público reduz a eficiência com que os recursos dos pequenos estados são usados e diminuem a produtividade dos investimentos.

Perante isso, podemos questionar uma medida de vulnerabilidade para esses países, no impacto em relação ao desenvolvimento, pois, os fatores acima - o isolamento, demissões populacionais, vulnerabilidade as catástrofes naturais, dependência externa, - sugerem intuitivamente que as pequenas economias seriam mais vulneráveis do que os países para atingir o desenvolvimento. Vulnerabilidade significa exposição a choques exógenos sobre os quais o país afetado tem pouco ou nenhum controle e uma resiliência relativamente baixa para resistir e recuperar desses choques. Por isso, é útil considerar o efeito combinado dessas diferentes fontes de vulnerabilidade em determinados países. Um a vez que essas características dos estados pequenos diferentes dão assim indícios dos desafios que enfrentam na melhoria das perspectivas de desenvolvimento socioeconômico. Na próxima subseção analise-se de alguns países insulares selecionados.

3.5.2.2. Avaliação dos indicadores de desenvolvimento dos países selecionados

Para esta análise foram selecionados 16 países (incluindo São Tomé e Príncipe), os dados referentes a índice de desenvolvimento Humano (IDH) e a taxa de crescimento do PIB per capita, são analisados descritivamente. Os valores do IDH variam de 0 a 1, e a taxa de crescimento do PIB per capita pode assumir valores negativos. IDH, PIB per capita, serão

relacionados com o modelo de colonização. A classificação do modelo de colonização é feita a partir das descrições dos autores: Lance (2004); Seibert (2015); Vésteinsson (1998); YOO (2015); Sailiata (2014); Herda, Terrell, Gunson (1990), para cada país, dentro do enquadramento teórico em uso neste trabalho, “*colonização de exploração/extrativista vs colonização de povoamento/inclusive*”. Primeiramente, no Quadro 5 é apresentado grupo de países, colonização exploração/extrativista; e no Quadro 6 – grupo de países, colonização de povoamento/inclusive. Os dados do IDH correspondem ao período de 2015, PIB per capita ao período de 2016.

Quadro 5 – Grupo de países, colonização exploração/ extrativista

Países	População	Superf. Km2	Modelo de colonização	IDH (2015)	PIB Per capita (US\$)
Ilhas Salomão	581.344	28.370	Exploração (a)	0,505	2.005,50
Cabo Verde	520.000	4.030	Exploração (b)	0,648	2.997,80
Vanuatu	208.754	12.189	Expl./Híbrido (d)	0,597	2.860,60
São Tomé e Príncipe	200.000	1.001	Exploração (b)	0,574	1.714,70
Kiribati	106.461	726	Exploração (a)	0,588	1.587,10

Fonte: Adaptado pelo autor a partir dos dados do Banco Mundial, PNUD. Classificação do modelo de colonização com base na descrição dos autores: a) LANCE, 2004 p.908 e 910; b) SEIBERT (2015); c) VÉSTEINSSON, (1998); d) YOO, (2015); e) SAILIATA, 2014; f) HERDA, TERRELL & GUNSON (1990).

A análise do desenvolvimento dos países selecionados considera a abordagem desenvolvida por Acemoglu e Robinson (2012), contudo, é preciso ressaltar que, os atores não trabalham exatamente com os indicadores “Índice de Desenvolvimento Humano - IDH” e “Produto interno Bruto PIB per capita”, mas por ausência de um outro índice que permita melhor evidências, usou-se estes indicadores como um proxy.

Quadro 6 – Grupo de países, colonização de povoamento/ inclusive.

Países	População	Superf. Km2	Modelo de colonização	IDH (2015)	PIB Per capita (US\$)
Malta	440.000	316	Povoamento (a)	0,856	25.145,40
Maldivas	420.000	298	Povoamento (a)	0,701	9.875,30
Bahamas	380.000	13.942	Povoamento (a)	0,792	28.785,50
Islândia	340.000	103.000	Povoamento (c)	0,921	59.764,70
Barbados	285.000	431	Povoamento (a)	0,795	15.891,60
Santa Lúcia	185.000	619	Povoamento (a)	0,735	9.364,80
Samoa	176.287	2.831	Povoamento (e)	0,704	4.030,00
São Vicente e Granadinas	109.991	388	Povoamento (a)	0,722	7.006,60
Granada	103.328	345	Povoamento (a)	0,754	9.841,80
Tonga	103.252	747	Povoamento (f)	0,721	3.748,60
Est. Federados da Micronésia	101.000	702	Povoamento (a)	0,638	3.143,70

Fonte: Adaptado pelo autor a partir dos dados do Banco Mundial, PNUD. Classificação do modelo de colonização com base na descrição dos autores: a) LANCE, 2004 p.908 e 910; b) SEIBERT (2015); c) VÉSTEINSSON, (1998); d) YOO, (2015); e) SAILIATA, 2014; f) HERDA, TERRELL & GUNSON (1990).

Quando analisamos o Quadro 5 e Quadro 6, luz dos argumentos de Acemoglu & Robinson (2012), observamos que, os países cujo modelo de colonização foi de exploração/extrativistas no Quadro 5, apresentam valores dos índices de desenvolvimento (IDH) e do PIB per capita, bem mais abaixo do outro grupo de países do Quadro 6, ou seja, são muitos menos desenvolvidos, do que os países que tiveram o modelo de colonização de povoamento/inclusive, Quadro 6. Por outro lado, percebe-se que, os dois grupos de países Quadro 5, e Quadro 6, demonstram, uma grande correlação de dependência entre o modelo de colonização e o nível de desenvolvimento atual, embora os países tenham se tornando independente, das metrópoles trajetórias institucionais ainda explicam nos dias atuais o seu desenvolvimento, isso demonstra a força da dependência da trajetória (*path dependence*) no seu desenvolvimento. O que vai de encontro a tese desenvolvida pelos autores Acemoglu e Robinson sobre a natureza das instituições e o desenvolvimento econômico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação estudou as relações entre as instituições e o desenvolvimento econômico, a partir de uma análise exploratória da trajetória histórica de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe. O termo instituições foi adotado na perspectiva do Douglas North (1990 1998), que entende instituições como regras que estruturam incentivos e restrições que por sua vez impactam o comportamento dos agentes nas suas escolhas econômicas e políticas. O termo desenvolvimento foi usado de acordo a abordagem de Acemoglu e Robinson (2012), que o considera como um processo de expansão da participação da sociedade na vida econômica, inclusive mediante o exercício do direito de propriedade, e mediante participação efetiva da sociedade na vida política nos processos decisórios relacionados aos temas relevantes da agenda pública.

As evidências apresentadas no texto são compatíveis com a tese de Acemoglu & Robinson (2012) sobre a relação entre instituições e desenvolvimento. São Tomé e Príncipe teve uma trajetória institucional extrativista, *circunstâncias de momentos críticos*, embora tenha se tornado independente, instituindo um regime político democrático e liberalizando a economia. As suas instituições políticas e econômicas ainda são pouco desenvolvidas, consequência da “dependência da trajetória”, e insuficientemente inclusivas, o que faz com o país seja pouco desenvolvido.

Na análise considerando 16 países com pequenas economias insulares – incluindo STP, constatou que estas especificidades, mercado interno reduzido, dimensão territorial e dificuldade de acesso ao mercado externo, apesar de serem fatores relevantes, não são obstáculos ao desenvolvimento. Constatou-se que pequenas economias insulares que tiveram processo do tipo de colonização “povoamento ou inclusiva” apresentaram indicadores de desenvolvimento (medido pelo IDH) maiores do que o grupo de países que tem o tipo de colonização de “exploração ou extrativista”. Ou seja, embora àquelas especificidades sejam fatores relevantes na definição das suas estratégias comercial e de desenvolvimento econômico, não constituem por si só, fatores impeditivos para o alcance de melhores índices de desenvolvimento.

Os resultados da pesquisa mostram, também, que São Tomé e Príncipe apresenta baixo desenvolvimento institucional e precisa de uma agenda que forneça um acelerado desenvolvimento institucional inclusivo. É preciso aprofundar os processos de reformas institucionais políticas democráticas, que promovam a maior participação da sociedade nas

escolhas das agendas do país e na fiscalização e *accountability*. É essencial uma agenda de reforma das instituições econômicas, de modo a estruturar novas instituições, incentivadoras de ampliação de acesso a propriedade dos recursos produtivos – inclusive capital humano – fortalecimento do direito de propriedade e melhorias procedimentais, diversificação da base produtiva, ampliação da concorrência via mercado com organização institucional qualificado, desenvolvimento da inovação e ampliação da corrente de comércio internacional.

As limitações desta pesquisa, a indisponibilidade de série históricas longas (dados), que permita uma cobertura maior da análise e mais condizente com a teoria em uso; impossibilidade de fazer um “*Survey*” no país e levantar a percepção dos agentes sobre o tipo das instituições; limitado tempo para o autor no aprofundamento tratamento pormenorizado dos dados, deve ser tido em conta mas reduz relevância resultados da pesquisa.

Para concluir, sugerimos uma agenda de pesquisa futura que seja capaz de responder sobre a relação de cada um desses indicadores (políticos e econômicos) com os arranjos institucionais.

REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, D; ROBINSON, J. A. **Por que as nações fracassam. As origens do poder, da prosperidade e da pobreza: tradução**, Cristina Serra, Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

AGÊNCIA LUSA, **Ex- PM de São Tomé e Príncipe, confirma envolvimento em escândalo financeiro**, RTP Noticiais, 6 nov. 2014. Disponível em :https://www.rtp.pt/noticias/mundo/ex-pm-de-sao-tome-posses-da-costa-confirma-envolvimento-em-escandalo-financeiro_n102081, Acessado em, 21 de Abril de 2018.

ARAÚJO, Raúl C. **Os Sistemas De Governo De transição Democrática Nos P.A.L.O.P.** Edição Coimbra, 2000.

ANSTP-ASSEMBLEIA NACIONAL DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, **Legislatura 1991- 2017**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/saotomeeprincipe/parlamento/historial>, Acessado em 21 de Abril de 2018.

BM-BANCO MUNDIAL. Open Data, 2018. Disponível em: <https://data.worldbank.org/>. Acessado em: 20 de fevereiro de 2018.

_____. **Small States: Meeting Challenges n the global economy**. Report of Commonwealth Secretarit/ World Bank Joint Task Force on Small States, 2000.

_____. Doing business: **Medindo regulamentações de negócios**, 2018 Disponível em: <http://portugues.doingbusiness.org/data>. Acessado em: 20 de fev.de 2018.

_____. **Overview, São Tomé e Príncipe**. 2018. Disponível em: <http://www.worldbank.org/pt/country/saotome/overview>. Acessado em: 20 de fev.de 2018.

BCSTP-BANCO CENTRAL DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. **Estatísticas**, 2017 <http://www.bcstp.st/>. Acesso em 20 de fevereiro de 2018.

_____. **Balanco Económico de 2017, dez. 2017**. Governador do Banco Central, Disponível em: http://www.bcstp.st/Upload/New_DOC/Balanco_Economico_2017.pdf, Acesso em 20 de fevereiro de 2018.

BERTHET, Marina. **São Tomé e Príncipe: reflexões sobre alguns aspectos de sua história agrícola no pós-independência**. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, vol. 42, nº 3, p. 961-986, 2016.

BONFIM, J. S. **Os processos migratórios em São Tomé e Príncipe e a corrente portuguesa**, (dissertação de mestrado), Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2000.

CARDOSO, M. **Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: educação e infra-estruturas como factores de desenvolvimento**. Porto: Edições Afrontamento, 2007.

CIAD – CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E DE ANÁLISE DE POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Avaliação da Sustentabilidade Das Finanças Santomense**. Parte I e II, São Tome, 2011.

FIANI, R. **Cooperação e conflito: Instituições e desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2011.

FMI – FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **Relatório Técnico sobre as Consultas de 2016, 2016** Publicação [16/174]. Disponível em: file:///C:/Users/Adm/Downloads/_cr16174p.pdf. Acessado em. 20 de março de 2018.

HERDA, P. TERRELL, J. & GUNSON, N. **Tongan Culture and History**, Papers from the 1st Tongan History, Conference held in Canberra 14-17 January 1987, 1990.

HIRSCHMAN, Albert O. **Desenvolvimento por efeitos em cadeia: uma abordagem generalizada**. In. SORJ, Bernardo; CARDOSO, Fernando Henrique; FONT, Maurício (Orgs.). Economia e movimentos sociais na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 2008. pp. 21-64.

JORNAL FOLHA 8. **Atentados à democracia em São Tomé e Príncipe**, 24 de julho de 2016. Disponível em : <https://jornalf8.net/2016/atentados-a-democracia-em-sao-tome-e-principe/>. Acessado em, 23 de fevereiro de 2018.

LANCE, MATTHEW K. **British Colonial Legacies and Political Development**, 2004, World Development, vol 32, nº 6, pp. 905-902.

MENEZES, A. B. **Estado, política pública e desenvolvimento: Cabo-Verde e São Tomé e Príncipe**. Tese de (Doutorado) -. Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro, 2012.

_____. **Implicações socioeconómicas da exploração do petróleo em São Tomé e Príncipe.**, ISEG (Tese de Mestrado) - Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2003.

NORTH, Douglas. C. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

_____. **Custos de transação, instituições e desempenho econômico**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1998.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório anuais globais 2000-2017**. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/relatorios-de-desenvolvimento-humano/rdhs-globais.html>. Acessado em 20 fevereiro de 2018.

SAILIATA, K. G. **The Samoan Cause: Colonialism, Culture, and the Rule of Law**. (Dissertation of Doctor of Philosophy), 2014.

SEIBERT, G. **Camaradas, Clientes e Compadres: colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe**. 2ª Edição. Lisboa: Vega Editora, 2002.

_____. **Santos Tomé y Príncipe: Transformaciones políticas y socioeconómicas del período poscolonial**, CEA/ ISCTE, Lisboa, 2009.

_____. **Colonialismo Em São Tomé e Príncipe: hierarquização, classificação e segregação da vida social**. Anuário Antropológico/2014, Brasília, UnB, 2015.

TENREIRO, F. **Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, Esquema de uma evolução conjunta.** Imprensa Nacional, Divisão de Propaganda. Praia. 1956

VÉSTEINSSON, O. **Patterns of Settlement in Iceland: A Study in Prehistory.** *Viking Society for Northern Research*, 1998. Disponível em http://www.vsnrweb-publications.org.uk/1998_XXV_1.pdf, Acessado me 14 de Março de 2018.

WIKIPÉDIA. **Gulf of Guinea**, 2018 Disponível em: [https://en.wikipedia.org/wiki/Gulf_of_Guinea#/media/File:Gulf_of_Guinea_\(English\).jpg](https://en.wikipedia.org/wiki/Gulf_of_Guinea#/media/File:Gulf_of_Guinea_(English).jpg), Acessado me 14 de Março de 2018.

YOO, D. **Is the British colonization better than that of the French?** A study of Vanuatu. 2015, Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/4dce/0bcff8f7b59a9e43b6b7f8b6dfc2698cb0c1.pdf>, Consultado em: 26 de março de 2018.